



RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2019
e relatórios dos auditores independentes

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Rio Paraná Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para riscos (Notas 19)

Em função do Contrato de Concessão assinado em 5 de janeiro de 2016, a Companhia poderá assumir processos judiciais e administrativos ambientais, cujo polo passivo era a Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), anterior detentora da concessão das usinas.

As Ações Civis Públicas estão em andamento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dado o estágio dos processos, a administração, a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, considera que é a eventual perda nos processos é possível, todavia não mensurável neste momento.

Dadas as inerentes limitações em processos dessa natureza, bem como os potenciais eventuais efeitos nas demonstrações contábeis, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a administração e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formal desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontarmos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Outros assuntos

A Rio Paraná Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 19 de fevereiro de 2020, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

Rio Paraná Energia S.A.

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

Sumário

Abertura.....	8
Mensagem da Administração	9
Perfil	10
Gestão de riscos.....	13
Conduta ética.....	14
Cenário e mercado.....	15
Desempenho operacional	19
Desempenho econômico-financeiro	21
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	27
Capital humano.....	28
Desenvolvimento socioambiental	30
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	32
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	34
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	35
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO.....	35
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	36
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS..	37
1. INFORMAÇÕES GERAIS	37
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	38
3. DEMONSTRACOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	46
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABEIS CRITICOS.....	46
5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO	48
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	52
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	52
8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER.....	54
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	55
10. PARTES RELACIONADAS	55
11. DIVIDENDOS.....	57
12. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO.....	57
13. IMOBILIZADO	58
14. INTANGÍVEL	60
15. FORNECEDORES	60
16. ENCARGOS SETORIAIS	60
17. EMPRÉSTIMOS.....	62

18. DEBÊNTURES	63
19. PROVISÕES PARA RISCOS	65
20. PATRIMONIO LIQUIDO	69
21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE 71	
22. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	73
23. CUSTOS E DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	73
24. RESULTADO FINANCEIRO	73
25. DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	74
26. LUCRO POR AÇÃO	74
27. FINANCEIROS	75
28. SEGUROS	75
29. COMPROMISSOS	75
30. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE	76
31. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	78
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	84

Abertura

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Consideramos essas informações importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, investidores clientes e parceiros de negócios.

O presente Relatório da Administração segue recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15/1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Demonstrações Contábeis foram submetidas à verificação independente, prestada pela PwC, atendendo à Instrução CVM nº 381/03.

Além deste documento, a CTG Brasil divulga o Relatório de Sustentabilidade, elaborado de acordo com os GRI Standards, padrão proposto pela Global Reporting Initiative (GRI) e o mais utilizado para o relato de aspectos ambientais, sociais e de governança, e que contempla ainda indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel. Essa publicação mais abrangente será lançada em abril e disponibilizada publicamente em nosso site institucional.

Mensagem da Administração

O ano de 2019 se mostrou bastante desafiador para a Rio Paraná. O cenário macroeconômico brasileiro de baixo crescimento impactou as estimativas de demanda de energia. Do mesmo modo, o contexto climático marcado pela escassez de chuva reforçou a importância de nossa estratégia comercial e de sazonalização de energia. Ainda assim, a Companhia alcançou aumento na geração bruta de energia, com a intensificação das operações de comercialização, investimentos em automação, controles de custos e resultados financeiros positivos. O resultado líquido teve expressivo crescimento, da ordem de 69,7%, em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pela melhora no resultado financeiro.

Ao longo do ano, a Rio Paraná deu continuidade ao projeto de modernização, que visa atualizar os ativos de geração, estabelecendo um novo patamar de eficiência operacional. Essa modernização das usinas Jupiá e Ilha Solteira envolverá investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões por uma década. A primeira fase desse projeto foi concluída em 2019, com a atualização tecnológica de quatro unidades geradoras – duas em Jupiá e outras duas em Ilha Solteira. A segunda fase foi iniciada em 2019 e está prevista para ser concluída no início de 2021. A fase 2 inclui a entrega de oito máquinas, além de aperfeiçoamentos nos vertedouros e outros sistemas auxiliares. No total, serão substituídas as 14 máquinas geradoras de Jupiá e as 20 de Ilha Solteira, o que representa um esforço de modernização sem precedentes no país.

Mais do que um trabalho de engenharia e construção, o projeto de modernização das usinas da Rio Paraná contribui como pano de fundo para a transformação cultural da CTG Brasil como um todo. Nele, profissionais brasileiros e chineses estão trabalhando lado a lado para que a companhia atinja seus objetivos e metas. Esse compromisso foi traduzido em 2019 na revelação do propósito da empresa: “Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala”.

Esse propósito fala não apenas da nossa geração a partir de fontes renováveis, mas também do nosso compromisso em construir um legado em prol do desenvolvimento sustentável. A contribuição da Rio Paraná e da CTG Brasil vai além da energia limpa, pois está fundamentada nas boas práticas de gestão que visam a criação de valor e a potencialização dos impactos positivos de nosso modelo de negócios nas relações com colaboradores, fornecedores, clientes, agentes do setor elétrico e toda a sociedade civil.

Com a perspectiva de retomada do crescimento econômico no país, o consumo de energia tende a aumentar. A Rio Paraná, como subsidiária da CTG Brasil, continuará a investir e crescer para apoiar o desenvolvimento nacional, garantindo a funcionalidade da infraestrutura para o suprimento energético com eficiência e sustentabilidade.

Zhao Jianqiang

Presidente da CTG Brasil

Perfil

A Rio Paraná opera duas usinas hidrelétricas (UHEs) – Jupiá e Ilha Solteira – instaladas no Rio Paraná entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esses ativos totalizavam no encerramento de 2019 uma capacidade instalada de 4.995,2 MW, o equivalente a 2,9% da potência total instalada no Brasil. Essas usinas foram adquiridas da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) em 2015, por meio de leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O contrato de concessão prevê a comercialização, desde 1º de janeiro de 2017, de 70% da garantia física no regime de cotas e dos 30% restantes nos Ambientes de Contratação Livre e Regulado (ACL e ACR).

A UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Em operação desde 1973 e localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), possui uma barragem com 5.605 metros de extensão. O reservatório da usina, que ocupa uma área de 1.195 km², é integrado por meio do Canal Pereira Barreto, com 9,6 mil metros de comprimento, ao da usina hidrelétrica Três Irmãos (gerenciada pela concessionária Tijoá Energia). A UHE Ilha Solteira, além da produção de energia, desempenha relevante função no controle de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Jupiá (Engenheiro Souza Dias), com reservatório de 300 km² e barragem com 5.495 metros de comprimento, opera desde 1969 entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A usina dispõe de uma eclusa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Parque gerador	UHE Ilha Solteira	UHE Jupiá	Rio Paraná
Unidades geradoras	20	14	34
Potência instalada (MW)	3.444,0	1.551,2	4.995,2
Garantia física (MW médios)	1.731,5	886,0	2.617,5
Propriedade	100%	-	-
Assinatura do contrato de concessão	05/01/2016	-	-
Vencimento da outorga	04/07/2046	-	-
Entrada em operação	1973	1969	-

A Rio Paraná é uma subsidiária direta da China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (“CTG Brasil”), segunda maior geradora privada de energia do país. Em 2019, a CTG Brasil promoveu um amplo e profundo esforço de reflexão da sua cultura corporativa, que resultou na revelação de seu propósito e na revisão dos valores corporativos, aplicáveis à Rio Paraná.

Propósito

**Desenvolver
o mundo
com energia
limpa em
larga escala**

Valores

Priorizamos a vida

Para nós, a segurança e o cuidado com as pessoas e o meio ambiente sempre vêm em primeiro lugar

Pessoas são a nossa energia

Acreditamos que cada um tem muito a oferecer e que a diversidade nos permite chegar ainda mais longe, juntos

Integridade, sempre

Para nós, a ética é inegociável e permeia tudo o que fazemos

Excelência em tudo

Trabalhamos para nos superar a cada dia. Entendemos que a eficiência está no jeito simples de fazer as coisas

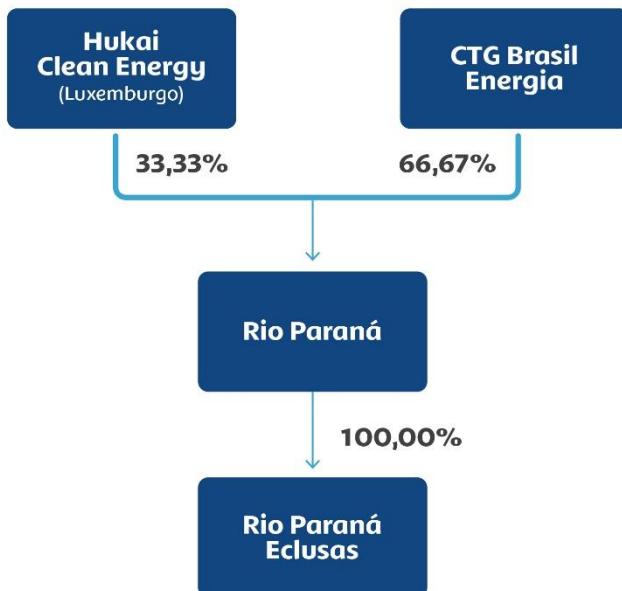
Inovamos para transformar

Somos ousados e conectados. Colaboramos para entregar soluções que criam valor para todos

Governança corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná observa as instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Seu Conselho de Administração é formado por seis membros, sendo dois deles indicados pelo sócio minoritário Hukai Clean Energy. Nos termos legais aplicáveis, cabe ao Conselho de Administração indicar os integrantes da Diretoria Executiva, cujo mandato é de três anos, sendo permitida a reeleição.

Estrutura societária



Sistemas de controle

Iniciado em novembro de 2019, um projeto de digitalização de todas as documentações de propriedades da Rio Paraná trará mais segurança e agilidade para o controle desses arquivos. Em parceria com a Fundação Patrimônio Histórico Energia e Saneamento, a iniciativa abrange mais de 4 mil plantas e memoriais descritivos e quase 2,3 mil processos administrativos relacionados ao histórico de suas duas usinas. Ao longo do ano, a Companhia também avançou na contratação de um sistema integrado de gestão empresarial, que será implementado em 2020.

Gestão de riscos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paraná de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma transversal, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management) que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31.000 e COSO). A partir dessa metodologia, as áreas são acessadas de forma a identificar os responsáveis pelos riscos (risk owners), auxiliá-los a identificar o grau de risco e as probabilidades de materialização, bem como ações que mitiguem sua ocorrência. Ao final, tem-se estruturada uma matriz com os principais riscos da Rio Paraná, que é revisada periodicamente ou diante de necessidades específicas.

O risco hidrológico é uma condição intrínseca do setor de geração de energia brasileiro, baseado em usinas hidrelétricas com reservatórios de grande porte e, portanto, vulnerável ao regime sazonal de chuvas nas regiões de atuação. A minimização desse risco ocorre por meio da atuação das áreas de Risco de Portfólio, Planejamento Energético e da Operação, estruturas internas que avaliam cenários futuros para a disponibilidade hídrica e sugere às áreas comerciais estratégias de proteção.

No âmbito operacional, a Companhia possui o Plano de Segurança de Barragens (PSB) que abrange 100% das suas usinas hidrelétricas. A partir da observação das legislações e das políticas corporativas, o PSB estabelece diversos procedimentos e rotinas que devem ser adotados para mitigar os riscos e garantir a eficiência operacional das suas usinas. Cada uma das usinas também possui seu Plano de Ação de Emergência (PAE), documento que estabelece um plano de caráter preventivo voltado para a proteção das comunidades a jusante das barragens. A disseminação do PAE é realizada em parceria com as defesas civis, visando preparar a estrutura de atendimento e atuação para situações emergenciais. Além disso, a Companhia conta com o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm), um plano de ação que estabelece as medidas para a segurança das barragens e proteção das comunidades. O SOSEm inclui reuniões de divulgação que foram realizadas ao longo de todo o período.

A Rio Paraná também monitora e gerencia os principais riscos financeiros que podem afetar o curso normal de suas atividades. Parte de seus riscos são amparados por uma carteira de seguros que leva em consideração a natureza e o grau de severidade, visando eliminar ou mitigar eventuais perdas. As principais coberturas de seguros abrangem riscos operacionais, responsabilidade civil geral, ambiental e de executivos.

A gestão financeira é regida por políticas próprias que visam a preservação dos ativos financeiros frente às volatilidades dos mercados. Dessa forma, são monitorados os principais índices macroeconômicos e setoriais que impactam a gestão do caixa e da dívida, o que minimiza eventuais riscos de perda decorrentes de operações financeiras e bancárias.

A Companhia monitora ativamente os ratings de crédito de clientes através de metodologia própria, embasada em informações de mercado e modelos estatísticos, visando mitigar eventuais perdas decorrentes de inadimplência.

Conduta ética

A Rio Paraná tem o compromisso de agir com ética e integridade em todas as suas atividades. Para orientar essa atuação, os profissionais contam com o Código de Ética e Conduta nos Negócios, com diretrizes e orientações para identificar – e saber quais providências tomar – em situações que contrariem o propósito e os valores corporativos ou, ainda, a legislação. O cumprimento dessas diretrizes é assegurado pelo Programa de Compliance, que concentra os investimentos, projetos e iniciativas no tema. Os treinamentos sobre ética e integridade abrangem 100% dos colaboradores e podem ser realizados em eventos presenciais ou em formato de e-learning.

O Canal de Ética é a ferramenta disponibilizada pela CTG Brasil para a Rio Paraná, no âmbito do Programa de Compliance, para receber comunicações ou denúncias de situações que violem o Código de Ética e Conduta nos Negócios ou a própria legislação. Os colaboradores – e qualquer outro stakeholder da companhia – têm acesso por meio de um website exclusivo (<https://contatoseguro.com.br/ctgbr>) ou por telefone (0800 601 6888), 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Ainda em relação ao compromisso de agir com o mais elevado grau de integridade nos negócios, o Programa de Compliance da Companhia conta com o processo de due diligence de compliance para fornecedores e parceiros de negócio, assim como para operações de M&A (sigla em inglês para Merger & Acquisition, equivalente a Compras & Aquisições de ativos). Tal processo visa realizar análises, conduzidas previamente à contratação ou proposta de compra, em relação às eventuais situações e envolvimentos dessas entidades e pessoas físicas com atos de corrupção, fraudes, lavagem de dinheiro e outros crimes que possam trazer prejuízos financeiros ou à reputação da Rio Paraná a partir da relação estabelecida com tal contraparte.

Esses levantamentos e análises são realizados com base na razão social da entidade, assim como na de seus respectivos sócios ou acionistas, utilizando-se de sistemas informacionais terceirizados de compliance que trazem dados retirados de bases públicas de informações. Com isso, é possível subsidiar a tomada de decisão com essa base em dados objetivos, assumindo ou não o risco relacionado a cada operação, de forma a proteger os ativos e a reputação da Companhia. Essa abordagem também é relevante para tangibilizar o compromisso da Companhia com o combate à corrupção, em linha com o Código de Ética e Conduta nos Negócios.

Cenário e mercado

Contexto nacional

O desempenho do setor de energia elétrica tem estreita relação com a atividade econômica do país, que manteve um ritmo de crescimento ainda lento em 2019. Projeção do Banco Central estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil evoluiu 1,2% no último ano, repetindo o patamar de 2018 (+1,1%).

Segundo as projeções, a atividade no setor industrial cresceu 0,7%, impulsionada principalmente pela construção civil, e o de serviços subiu 1,1%. Na agropecuária, a evolução foi de 2%, de acordo com a projeção.

Outros indicadores econômicos mostram sinais de melhora para o ambiente de investimentos no país a partir de 2020. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 4,5%, patamar histórico mais baixo, e a inflação oficial (IPCA) ficou em 4,31%, pouco acima da meta de 4,25% fixada pelo Banco Central.

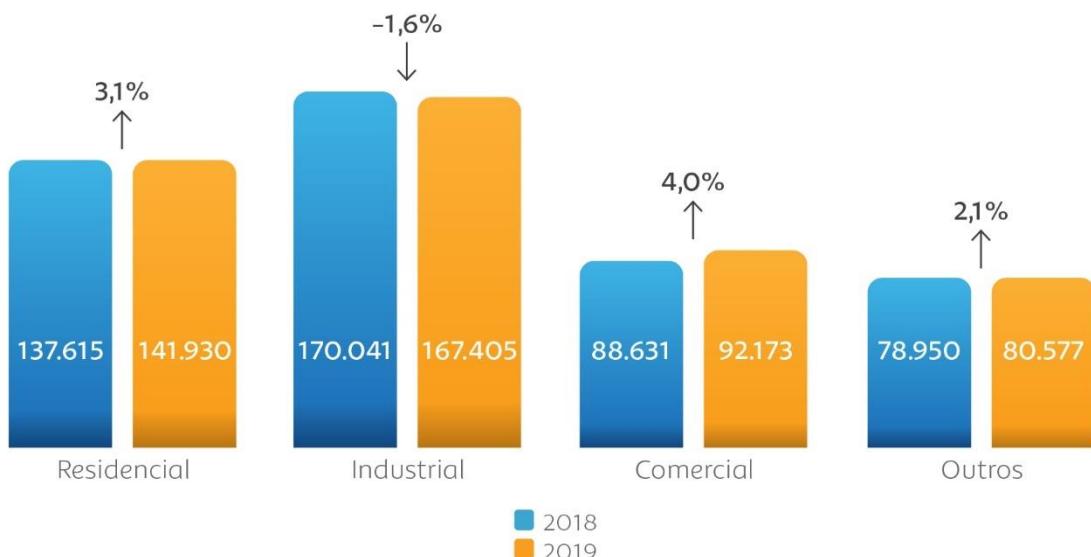
O mercado cambial apresentou volatilidade no decorrer de 2019. O dólar apreciou 4% frente ao real, encerrando o ano em 4,03 reais por dólar. A companhia está exposta à variação cambial por deter dívida com partes relacionadas (intragruppo) em dólar. Dessa forma, o câmbio é permanentemente monitorado pela gestão, o que mitiga riscos decorrentes dessa volatilidade.

Indicadores macroeconômicos	2019	2018
IGP-M	7,31%	7,54%
IPCA	4,31%	3,75%
Taxa de câmbio (USD)	4,0307	3,8748
Var. % da taxa de câmbio	4,02%	17,13%
Taxa Selic	4,50%	6,50%
CDI	4,40%	6,40%

Mercado de energia

O consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 481,1 TWh em 2019, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Esse resultado representa um crescimento de 1,4% em relação ao ano anterior.

Mercado de eletricidade (GWh)



O setor de energia brasileiro divide-se em dois mercados: o Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL). No ACR, também chamado de mercado cativo, estão os clientes atendidos pelas distribuidoras, que abastecem suas áreas de concessão com energia adquirida por meio dos leilões de compra e venda de energia. Em 2019, o consumo de energia nesse mercado cresceu 1,2%, totalizando aproximadamente 319,4 TWh. No ACL, em que os contratos de compra e venda de energia são negociados diretamente entre os geradores e os clientes, foi registrado um consumo de 162,6 TWh, 1,9% maior na comparação com o ano anterior. Segundo dados da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), 6.937 consumidores fazem parte do mercado livre, um aumento de 20% na base anual.

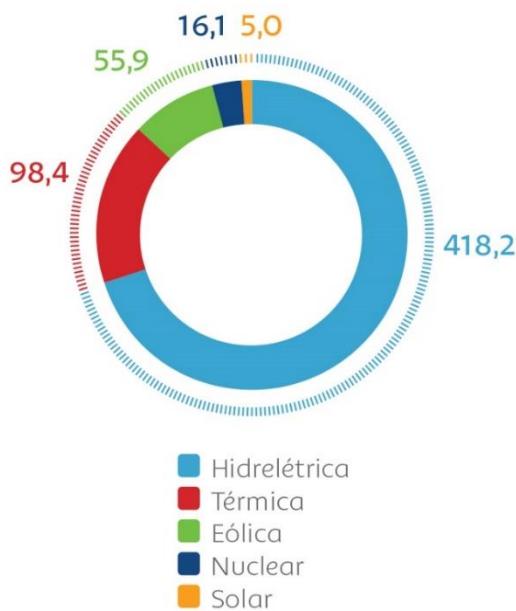
No último ano, houve aumento de consumo nas classes de consumidores comercial (+4,0%) e residencial (+3,1%), devido à ocorrência de temperaturas mais altas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, o que demandou maior acionamento dos equipamentos de refrigeração de ar. O segmento de indústrias apresentou queda (-1,6%) no período, principalmente pelo menor consumo dos segmentos químico e extrativo de minerais metálicos e pela tímida evolução do PIB.

Geração hidrelétrica

As usinas hidrelétricas, responsáveis por 64,1% da capacidade instalada de geração do Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A entidade, responsável pela coordenação e operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), avalia diversos parâmetros climáticos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2019, essas usinas foram responsáveis pela geração de 70,5% da energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). As usinas térmicas geraram 16,6%.

Energia gerada no SIN em 2019 (TWh)



Risco hidrológico

Nos últimos anos, em decorrência de períodos de hidrologia desfavorável, as hidrelétricas têm gerado abaixo das suas garantias físicas. Esse déficit de geração – GSF negativo –, é calculado considerando toda a energia produzida em relação à garantia física do sistema como um todo. A diferença deve ser compensada pelas hidrelétricas mediante a compra de energia. Na maioria das vezes, essas compras são realizadas no mercado de curto prazo com valores estabelecidos pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), calculado por uma metodologia própria da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Rio Paraná possui sua energia comercializada no regime de cotas de garantia física, estando apenas 30% de sua geração sujeita aos efeitos do risco hidrológico.

Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupiá em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupiá auferirá um ganho de 18,3 MWm, sendo que a Rio Paraná terá direito a 30% do ganho total aprovado (5,49 MWm), correspondente à parcela de garantia física para o ACL.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 máquinas entrarem em operação após a modernização, mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da ANEEL (com homologação das características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de garantia física definidos na Portaria).

Marco legal do setor elétrico

Preço horário | A implantação do preço horário ocorrerá em duas fases. A primeira delas iniciou em janeiro de 2020, quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) adotou o Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) na programação de operação. A segunda iniciará em janeiro de 2021, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vai adotar o Dessem no cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na contabilização e na liquidação do Mercado de Curto Prazo.

Nova metodologia para definição de PLDs mínimo e máximo | Em 07 de outubro foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 858/2019 com aprovação de metodologia de definição dos limites mínimo e máximo do PLD. Com a nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2020, o PLD mínimo passou a ser o maior valor entre o custo de produção da UHE Itaipu (TEO Itaipu) e a Tarifa de Otimização (TEO). Adicionalmente, para ao PLD máximo, foram aprovados dois limites: o PLD máximo estrutural, com início de vigência a partir de janeiro de 2020; e o PLD máximo horário, com vigência a partir de janeiro de 2021.

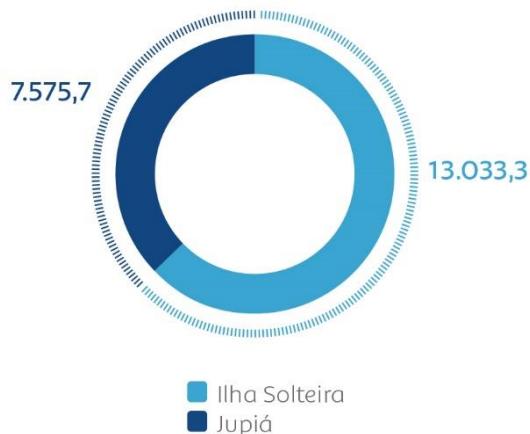
Modernização do setor elétrico | Em 2019, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Grupo de Trabalho coordenado pelo próprio MME, com a participação da ANEEL, ONS, CCEE e EPE, que visa desenvolver propostas para modernização do setor elétrico. Dois projetos de lei que tramitam no Congresso – o PLS 232/2016 (Senado) e o PL 1.917/2015 (Câmara dos Deputados) também tratam de temas relevantes para a modernização do setor elétrico, como: lastro e energia, ampliação do acesso ao mercado livre de energia (ACL), renovação de concessões, fim de subsídios entre outros.

Desempenho operacional

A geração bruta de energia elétrica das UHEs Jupiá e Ilha Solteira totalizou 20.608,99 GWh em 2019, um aumento de 1,9% na comparação anual. Ainda assim, a energia gerada foi inferior à garantia física, fixada em 22.929 GWh, equivalentes a 2.617,5 MW médios. O índice de disponibilidade das usinas permaneceu acima dos limites regulatórios aplicáveis.

O volume de energia vendida foi de 21.340,06 GWh, um aumento de 2,8% em relação ao período anterior. Esses dados não consideram o Mercado de Curto Prazo (MCP) e Mecanismos de Realocação de Energia (MRE).

Produção de energia (GWh)



Produção de energia (GWh)	2019	2018	Variação %
UHE Ilha Solteira	13.033,33	12.703,02	2,6%
UHE Jupiá	7.575,65	7.523,50	0,7%
Total	20.608,99	20.226,52	1,9%

Índice médio de disponibilidade ¹	Limite regulatório	2019	2018
UHE Ilha Solteira	89,58%	93,88%	92,57%
UHE Jupiá	89,58%	92,31%	92,84%

1. O índice de disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: ID = (1-TEIP)*(1-TEIFa).

UHE Ilha Solteira| energia gerada x garantia física



UHE Ilha Solteira| índice de disponibilidade



UHE Jupiá | energia gerada x garantia física



UHE Jupiá| índice de disponibilidade



Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

Indicadores econômicos (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Receita operacional bruta	3.608.332	3.369.418	7,1
(-) Deduções à receita operacional	(492.428)	(462.259)	6,5
Resultado operacional líquido	3.115.904	2.907.159	7,2
(-) Custos e despesas operacionais	(1.504.364)	(1.347.412)	11,6
Resultado da atividade	1.611.540	1.559.747	3,3
Ebitda	2.085.565	2.021.631	3,2
Margem Ebitda - %	66,9%	69,5%	-2,6 pp
Resultado de participação societárias	(628)	182	-445,1
Resultado financeiro	(498.018)	(1.020.274)	-51,2
Resultado antes dos impostos	1.112.894	539.655	106,2
Lucro líquido do exercício	944.303	556.375	69,7
Margem líquida - %	30,31	19,1%	11,2 pp
Ações			
Quantidade de ações (lotes de mil)	7.014.326	7.014.326	
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	0,13463	0,07932	69,7

Indicadores financeiros (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Ativos totais	14.895.381	14.911.586	-0,1
Dívidas em moeda nacional	3.189.107	3.179.788	0,3
Dívidas em moeda estrangeira	3.605.579	3.604.789	0,0
Patrimônio líquido	6.683.375	6.836.318	-2,2

A Companhia apresentou um crescimento de R\$ 208,7 milhões, ou 7,2%, na receita líquida, basicamente em virtude da atualização dos contratos bilaterais de venda de energia no mercado livre (ACL) e das receitas oriundas do mercado regulado (ACR) pela inflação. Além disso, houve receitas adicionais de venda de energia no mercado de curto prazo (MCP) oriundas das estratégias comerciais e de sazonalização da garantia física.

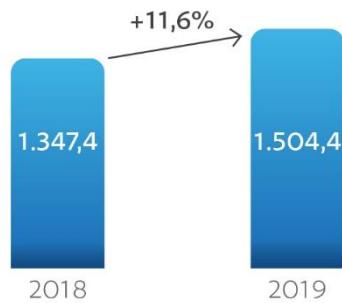
Custos e despesas operacionais

Custos e despesas operacionais (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Energia comprada para revenda	394.030	325.086	21,2
Depreciação e amortização	474.025	461.884	2,6
Encargos de uso da rede elétrica	415.746	390.984	6,3
Pessoal e administradores	84.080	78.062	7,7
Serviços de terceiros	99.114	67.015	47,9
Seguros	8.318	9.824	-15,3
Material	12.515	6.273	99,5
Aluguéis	2.464	2.429	1,4
Provisões para riscos	6.376	-	0,0
Outros	7.696	5.855	31,4
Total	1.504.364	1.347.412	11,6

Os custos e as despesas operacionais apresentaram, em 2019, um aumento de R\$ 157,0 milhões, ou 11,6%, comparativamente ao ano de 2018. Na análise das variações, vale destacar:

- Energia comprada – aumento de R\$ 68,9 milhões, ou 21,2%, em decorrência da piora do cenário hidrológico, principalmente no segundo semestre do ano; além disso, algumas compras adicionais em virtude das estratégias comerciais da Companhia contribuíram para receitas adicionais de venda de energia no curto prazo;
- Serviço de terceiros – elevação de R\$ 32,1 milhões, ou 47,9%, em decorrência, principalmente, de projetos de manutenção e conservação das plantas, reformas nos prédios administrativos das usinas, projetos de meio ambiente e saúde e segurança e pelo primeiro ano do contrato com o Centro de Serviços Compartilhados do Grupo.
- Depreciação e amortização – aumento de R\$ 12,1 milhões, ou 2,6%, decorrente do projeto de modernização em andamento nas usinas.
- Encargos de uso de rede elétrica (TUST) – elevação de R\$ 24,8 milhões, ou 6,3%, em virtude de reajuste regulatório das tarifas em percentuais superiores à inflação.

Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)



- Provisões para riscos – custo de R\$ 6,4 milhões, resultante, substancialmente, de acordo judicial com a CESP em ação que tratava da responsabilidade pela gestão e manutenção do zoológico de Ilha Solteira (SP). O acordo compreendeu o reembolso de despesas à CESP entre julho de 2016 e dezembro de 2019, bem como a assunção da gestão e manutenção do zoológico pela Rio Paraná a partir de 2020.

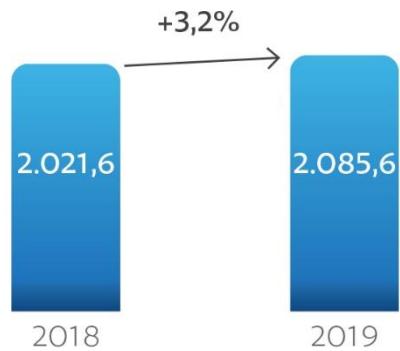
Ebitda e margem Ebitda

Ebitda e margem Ebitda (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Lucro líquido do exercício	944.303	556.375	69,7
Despesas com impostos sobre os lucros	168.591	(16.720)	-1108,3
Resultado de participações societárias	628	(182)	-445,1
Resultado financeiro (líquido)	498.018	1.020.274	-51,2
Depreciação e amortização	474.025	461.884	2,6
Ebitda	2.085.565	2.021.631	3,2
<i>Margem Ebitda</i>	66,9%	69,5%	

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou um aumento de R\$ 63,9 milhões, ou 3,2%, em comparação ao exercício anterior, principalmente pela elevação de 7,2% nas receitas líquidas, parcialmente reduzida pelo aumento nos custos e despesas operacionais (exceto depreciação).

Ebitda (R\$ milhões)



Resultado financeiro

Resultado financeiro (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Receitas	767.205	724.664	5,9%
Despesas	(1.265.223)	(1.744.938)	-27,5%
Resultado financeiro líquido	(498.018)	(1.020.274)	-51,2%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2019 foi negativo em R\$ 498,0 milhões, representando uma melhora de 51,2%, ou R\$ 522,3 milhões, comparativamente ao ano de 2018. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 405,6 milhões nas despesas oriundas da variação cambial relativa ao empréstimo com a CTG Luxemburgo, principalmente em virtude de menor depreciação do real frente ao dólar no ano de 2019 em comparação com o ano de 2018.
- Redução de R\$ 103,0 milhões nas despesas de juros sobre empréstimos, principalmente em virtude da renegociação das taxas com o Banco Mitsubishi.

Endividamento

Dívida financeira líquida (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Debêntures	487.476	476.826	2,2
Longo prazo	487.476	476.826	2,2
Empréstimos	2.701.631	2.702.962	0,0
Curto prazo	676.631	2.962	22743,7
Longo prazo	2.025.000	2.700.000	-25,0
Partes relacionadas	3.605.579	3.604.789	0,0
Curto prazo	809.281	214.339	277,6
Longo prazo	2.796.298	3.390.450	-17,5
Caixa e equivalentes de caixa	(1.133.627)	(1.124.329)	0,8
Dívida líquida	5.661.059	5.660.248	0,0

A dívida líquida, que é composta pelo endividamento, deduzindo os recursos de caixa e equivalentes de caixa, manteve-se estável em 2019 quando comparada ao ano de 2018.

Dívida líquida (R\$ milhões)



Fatores de correção do endividamento (R\$ mil)

	Remuneração	Vencimento	2019	2018	Variação %
China Three Gorges (Luxemburg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/05/2023	3.605.579	3.604.789	0,0
Tokyo – Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	2.701.631	2.702.962	-0,1
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	239.337	239.106	0,1
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	248.139	237.720	4,4
Total	-	-	6.794.686	6.784.577	0,1

Lucro líquido

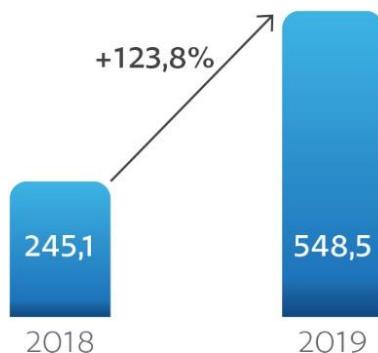
Em razão de todos os fatores explanados anteriormente, com destaque para a melhora no resultado financeiro, a Companhia registrou, no ano de 2019, um lucro líquido de R\$ 944,3 milhões, que corresponde a um incremento de 69,7%, ou R\$ 387,9 milhões, em comparação ao registrado no ano de 2018.

Investimentos

Investimentos (R\$ mil)	2019	2018	Variação %
Modernização	535.311	222.933	140,1
Manutenção	13.187	21.611	-39,0
Outros	-	521	-100,0
Total	548.498	245.065	123,8

Os investimentos totalizaram R\$ 548,5 milhões, um aumento de 123,8% em relação ao ano anterior. As atividades de modernização representaram 97,6% do total investido. Vale ressaltar que demonstramos aqui os valores efetivamente gastos com a modernização nos exercícios.

Investimentos (R\$ milhões)



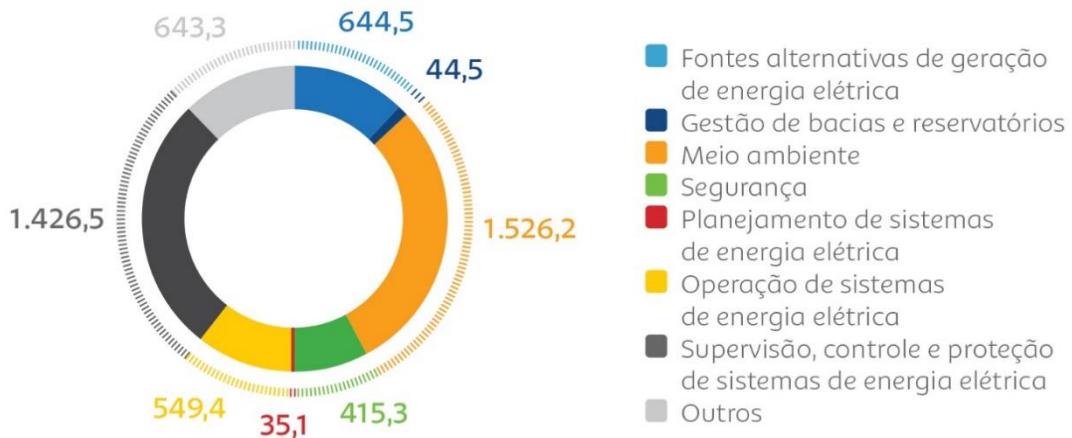
Ratings

Em 2019, a Rio Paraná recebeu avaliação de rating Aaa.br estável da Moody's na escala nacional. Essa avaliação reflete os fluxos de caixa estáveis e previsíveis da Companhia, uma vez que os contratos de concessão são de longo prazo, e a posição da CTG Brasil como garantidora das dívidas.

Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

A Rio Paraná busca otimizar a gestão de recursos disponíveis para P&D. Para isso, em 2019, concluiu o Road Map Tecnológico, que envolveu todas as áreas no mapeamento de oportunidades diferenciadas de pesquisa. Esse processo definiu rotas tecnológicas e temas a serem priorizados na prospecção de projetos e será adotado como metodologia no planejamento anual de destinação de recursos daqui para frente. Os investimentos em P&D no período totalizaram R\$ 5,3 milhões, 173% mais do que no ano anterior. Para conhecer os principais projetos, acesse o Anuário de P&D, disponível no site da CTG Brasil (<https://www.ctgbr.com.br/ped2019/index.html>).

Investimentos em P&D da Rio Paraná por linha de pesquisa (R\$ mil)



Capital humano

A Rio Paraná contava com 332 colaboradores (91,9% homens e 8,1% mulheres) no encerramento de 2019, além de 124 terceiros e 8 estagiários. Esse quadro funcional não variou de forma significativa em relação ao ano anterior e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 14,2%.

Na qualificação dos colaboradores, a Companhia dedicou esforços na estruturação de um ecossistema de aprendizagem, organizado por meio da Academia CTG Brasil, aplicável à Rio Paraná, que tem como objetivo principal atingir a estratégia com desenvolvimento de habilidades e ampliação de conhecimento. Essa Academia conta com a participação de times multidisciplinares e está trabalhando com um formato inovador que envolve redes e atuações colaborativas. O lançamento oficial acontecerá em 2020.

Outra ação importante de desenvolvimento foi a realização da primeira turma do International Leadership Assignment, um programa que promove o intercâmbio de profissionais brasileiros para terem experiência na CTG Corporation, na China.

Em desenvolvimento de carreira, foi estruturado o Planejamento de Sucessão para as áreas de Operação & Manutenção (O&M), visando garantir o sucesso de continuidade dos negócios, sem riscos e prejuízos, assegurando a gestão do conhecimento e a sustentabilidade das relações da Companhia com seus colaboradores, mercado e stakeholders. Outra iniciativa realizada em 2019 foi a implantação do Plano de Desenvolvimento Individual como uma ferramenta voltada ao protagonismo de carreira, como um plano de evolução que indica o caminho para que o colaborador possa atingir suas metas profissionais e pessoais, além de alavancar os resultados corporativos.

O compromisso com a segurança dos trabalhadores é evidenciado tendo a Vida como valor número 1 da Rio Paraná. Um conjunto de medidas e iniciativas fortalecem a cultura de segurança nas operações e o monitoramento contínuo dos indicadores de segurança subsidia a tomada de decisão ágil e assertiva para a implementação de melhorias. Em 2019, a Rio Paraná não registrou qualquer acidente com colaboradores ou com a população no entorno de seus ativos. Entretanto, houve 6 acidentes envolvendo funcionários contratados de terceiros prestadores de serviços, sendo um deles, em dezembro, uma ocorrência fatal nas obras de modernização da Rio Paraná. Todo o auxílio necessário foi fornecido pela Companhia, que, em conjunto com a empresa contratada, investigou as causas raiz do acidente e alterou o procedimento operacional que ocasionou a fatalidade em questão, para que esse tipo de situação não mais se repita. No âmbito operacional, ocorreu, em outubro, um incêndio em um transformador da usina Ilha Solteira, sem vítimas nem impactos à biodiversidade local, o qual foi controlado tempestivamente e adequadamente pela equipe de brigada de emergência local até a chegada do Corpo de Bombeiros.



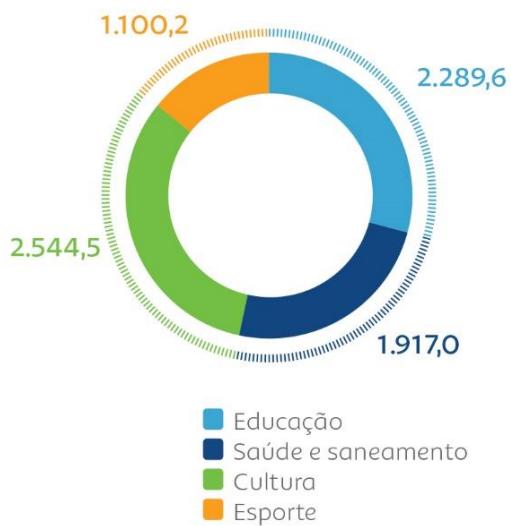
Um dos principais avanços em 2019 foi a consolidação do Safety Inspection Plan, com foco na segurança das instalações. O plano define ações para os seis principais riscos operacionais: acidentes com pessoas; acidentes com barragens; inundação da casa de força; acidentes com equipamentos principais; desligamento simultâneo de várias unidades geradoras em uma mesma planta; e segurança cibernética. Ao todo, 341 medidas foram definidas e categorizadas em relação à prioridade (alta, média e baixa), e sua implementação será concluída até o fim de 2020.

Desenvolvimento socioambiental

Comunidades

Os investimentos realizados pela Rio Paraná em projetos que beneficiam as comunidades localizadas próximas às usinas geradoras promovem a educação, a cultura, o incentivo ao esporte e avanços em saúde e saneamento. Essas ações estão conectadas ao objetivo da Companhia de atuar como um agente de transformação social, ampliando os benefícios de seu modelo de negócios. Em 2019, os recursos obtidos via leis de incentivo e aplicados nas ações sociais totalizaram R\$ 7,9 milhões, um aumento de 66,8% em relação a 2018.

Destinação dos recursos incentivados por área em 2019 (R\$ mil)



Fornecedores

A Rio Paraná prioriza o relacionamento com parceiros próximos às usinas como mecanismos de impulsionar o desenvolvimento das localidades, além de manter contratos com empresas de grande porte detentoras de tecnologia e equipamentos de ponta. Os principais materiais adquiridos dos fornecedores são componentes e equipamentos das operações, além de materiais de escritório, limpeza e informática. Dentre os serviços, as principais categorias contratadas são as de manutenção, vigilância, portaria e consultorias. Em 2019, os montantes pagos pela Companhia aos seus fornecedores somaram cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Meio ambiente

A estruturação do Sistema de Gestão Integrado da Rio Paraná, em 2019, elevou a gestão de aspectos de qualidade, segurança e meio ambiente ao patamar das melhores práticas de mercado. A partir do mapeamento dos principais processos da companhia, e de forma alinhada a outras iniciativas como o Production Management System, essa consolidação da abordagem de gestão garante prontidão para um dos grandes desafios de 2020: certificar todas as usinas nas normas ISO 9001 (Qualidade), 14001 (Meio Ambiente) e 45001 (Segurança). No médio prazo, a companhia também buscará a certificação ISO 55001 (Gestão de Ativos). Os investimentos ambientais da Rio Paraná totalizaram R\$ 5,5 milhões em 2019.

Consciente de seu papel na preservação dos rios, a Companhia busca continuamente o diálogo com todos esses públicos locais, visando o melhor uso desse recurso hídrico compartilhado. O consumo interno de água nas operações é baixo, porque ocorre principalmente pela água potável de consumo humano, pelo abastecimento de sanitários e pelas atividades de limpeza. Em 2019, foram consumidos 141 metros cúbicos referente à água mineral engarrafada.

Os reservatórios e suas áreas de entorno são ativos valiosos para a proteção ambiental e a preservação da biodiversidade. Para monitorar todas essas áreas com agilidade, precisão e gestão eficiente de custos, a Companhia investiu em 2019 em um sistema de monitoramento por imagens de satélite para detecção de novas ocupações nos reservatórios, combinado com o uso de drones para regiões de maior criticidade. Periodicamente, a Rio Paraná promove campanhas de monitoramento para identificar e catalogar animais e espécies de plantas presentes no entorno das unidades.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.133.627	1.124.329
Concessionárias e permissionárias	7	373.011	342.961
Tributos a recuperar	8.1	9.734	11.337
Dividendos	11	-	32
Despesas antecipadas		6.193	6.278
Serviços em curso		6.950	2.588
Outros créditos		1.134	210.409
Total do ativo circulante		1.530.649	1.697.934
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessionárias e permissionárias	7	124	1.119
Despesas antecipadas		649	2.088
Impostos diferidos	8.2	55.788	-
Depósitos Judiciais	9	466.070	441.504
		522.631	444.711
Investimentos	3	-	232
Imobilizado	13	876.713	342.941
Intangível	14	11.965.388	12.425.768
Total do ativo não circulante		13.364.732	13.213.652
Total do ativo		14.895.381	14.911.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	15	126.658	82.139
Partes relacionadas	10	816.255	221.464
Encargos setoriais	16	29.949	45.061
Empréstimos	17	676.631	2.962
Salários, provisões e contribuições sociais		18.228	17.902
Juros sobre o capital próprio - JSCP	12	606.721	723.874
Dividendos	11	210.082	56.918
Tributos a recolher	8.1	222.616	164.787
Provisões para riscos	19	690	-
Outras obrigações		363	-
Total do passivo circulante		2.708.193	1.315.107
Não circulante			
Encargos setoriais	16	42.663	13.226
Tributos a recolher	8.1	-	143.541
Empréstimos	17	2.025.000	2.700.000
Debêntures	18	487.476	476.826
Partes relacionadas	10	2.796.298	3.390.450
Impostos diferidos	8.2	-	36.111
Provisões para riscos	19	152.376	7
Total do passivo não circulante		5.503.813	6.760.161
Total do passivo		8.212.006	8.075.268
Patrimônio líquido	20		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva Legal		270.254	187.301
Prejuizos acumulados		(235.896)	-
Total do patrimônio líquido		6.683.375	6.836.318
Total do passivo e patrimônio líquido		14.895.381	14.911.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	21.1	3.608.332	3.369.418
Receita		3.608.332	3.369.418
Tributos			
Pis-Pasep		(59.216)	(55.528)
Cofins		(272.753)	(255.766)
ICMS		(10.092)	(9.830)
		(342.061)	(321.124)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(31.109)	(29.015)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(111.506)	(104.648)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(7.752)	(7.472)
		(150.367)	(141.135)
Receita operacional líquida		3.115.904	2.907.159
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia comprada para revenda	21.2	(394.030)	(325.086)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	21.3	(415.746)	(390.984)
		(809.776)	(716.070)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.306.128	2.191.089
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	22		
Pessoal e administradores	23	(84.080)	(78.062)
Material		(12.515)	(6.273)
Serviços de terceiros		(99.114)	(67.015)
Depreciação e amortização		(474.025)	(461.884)
Seguros		(8.318)	(9.824)
Alugueis		(2.464)	(2.429)
Outros		(14.072)	(5.855)
		(694.588)	(631.342)
Resultado da atividade		1.611.540	1.559.747
Equivalência patrimonial		(628)	182
Resultado financeiro	24		
Receitas		767.205	724.664
Despesas		(1.265.223)	(1.744.938)
		(498.018)	(1.020.274)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		1.112.894	539.655
Despesas com impostos sobre os lucros	25	(168.591)	16.720
Lucro líquido do exercício		944.303	556.375
Atribuível a			
Acionistas controladores		629.567	370.935
Acionistas não controladores		314.736	185.440
		944.303	556.375
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Acionistas controladores		4.676.217	4.676.217
Acionistas não controladores		2.338.109	2.338.109
		7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	26		
Acionistas controladores		0,13463	0,07932
Acionistas não controladores		0,13463	0,07932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	944.303	556.375
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	944.303	556.375
Atribuível a		
Acionistas controladores	629.567	370.935
Acionistas não controladores	314.736	185.440
	944.303	556.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros (Prejuizos) acumulados		Total do patrimônio líquido
				Lucros acumulados	Proventos Excedentes	
Em 31 de dezembro de 2018		6.649.017	187.301	-	-	6.836.318
Resultado abrangente do exercício		-	-	944.303	-	944.303
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	944.303	-	944.303
Destinação do lucro líquido do exercício	20.3	-	-	(630.246)	-	(630.246)
Dividendos Intermediários		-	-	(467.000)	-	(467.000)
Juros sobre capital próprio - JSCP		-	-	82.953	152.943	(235.896)
Transferência entre reservas		-	-	82.953	(944.303)	(235.896)
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	82.953	(944.303)	(235.896)	(1.097.246)
Em 31 de dezembro de 2019		6.649.017	270.254	-	(235.896)	6.683.375

	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros (Prejuizos) acumulados		Total do patrimônio líquido
				Lucros acumulados	Proventos Excedentes	
Em 31 de dezembro de 2017		6.649.017	208.926	-	-	6.857.943
Resultado abrangente do exercício		-	-	556.375	-	556.375
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	556.375	-	556.375
Destinação do lucro líquido do exercício	20.3	-	-	(578.000)	-	(578.000)
Juros sobre capital próprio - JSCP		-	-	(21.625)	21.625	-
Transferência entre reservas		-	-	(21.625)	(556.375)	-
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	(21.625)	(556.375)	-	(578.000)
Em 31 de dezembro de 2018		6.649.017	187.301	-	-	6.836.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.112.894	539.655
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	13.2 e 14.2	474.025	461.884
Juros sobre empréstimos	17.4	260.098	379.709
Equivalência patrimonial		597	(182)
Juros sobre partes relacionadas		183.911	175.633
Variação monetária sobre depósitos judiciais	9.2	(24.566)	-
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	10.2.1	140.351	546.258
(Provisão)/reversão para riscos		6.376	7
Baixas no ativo imobilizado e intangível		1.627	-
Variação nos ativos:			
Concessionárias e permissionárias		(29.055)	(67.882)
Tributos a recuperar		1.603	117.264
Despesas antecipadas		1.524	(1.978)
Serviços em curso		(4.362)	(2.038)
Outros créditos		209.248	(441.474)
Variação nos passivos			
Fornecedores		44.518	4.311
Encargos setoriais		14.325	16.429
Partes relacionadas		-	4.834
Salários, provisões e contribuições sociais		326	6.021
Impostos taxas e contribuições		(91.300)	(90.076)
Provisões para riscos		(5.393)	7
Outras obrigações		-	(197.021)
Caixa gerado pelas operações		2.296.747	1.451.361
Juros sobre capital próprio pagos	12.1	(514.104)	(279.126)
Dividendos pagos	11.2	(477.082)	(113.835)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(172.875)	(113.234)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.132.686	945.166
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(549.137)	(189.901)
Capitalização de juros sobre debêntures		42.712	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(506.425)	(189.901)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos		-	(4.318)
Captação de debêntures		-	480.000
Juros pagos sobre empréstimos	17.4	(261.429)	(378.608)
Juros pagos sobre partes relacionadas	10.2.1	(93.985)	(170.791)
Juros pagos sobre debentures	18.3	(32.062)	-
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	10.2.1	(229.487)	(187.369)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(616.963)	(261.086)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		9.298	494.179
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.124.329	630.150
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.133.627	1.124.329
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		9.298	494.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e UHE Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME (Ministério de Minas e Energia), com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual com vencimento em julho, cujo reajuste em 2019 foi de 3,4%. Nos termos do contrato, a cota de garantia física de energia física e de potência no regime de alocação, obedece ao percentual de 70%, podendo a companhia comercializar o 30% restante no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupiá e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

Contrato de concessão MME	Usina	Tipo	Número de UGs	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia física (MW médio) ¹	Início da concessão	Vencimento da concessão
01/2016	Jupiá	UHE - Hidrelétrica	14	SP/MS	Paraná	1551,2	886,0	05/01/2016	01/07/2046
01/2016	Ilha Solteira	UHE - Hidrelétrica	20	SP/MS	Paraná	3444,0	1731,5	05/01/2016	01/07/2046

¹ Vide nota explicativa nº 1.3

O valor da Bonificação pela Outorga – BO, do lote E foi de R\$ 13.803.752 com pagamento em duas parcelas, sendo a primeira à vista no ato da assinatura do contrato de concessão, equivalente a 65% (sessenta e cinco) no valor de R\$ 8.972.439 e a segunda parcela correspondente a 35% (trinta e cinco) no valor de R\$ 4.831.313 atualizados a taxa Selic, em até 180 (cento e oitenta) dias contados após a data da assinatura do contrato de concessão.

Conforme mencionado na nota 3, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá e serviços relacionados.

1.2. Marco legal do setor elétrico

O Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas nº 032, 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobre contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de

geração. Posteriormente, também lançou a CP MME nº 042, que trata de questões relativas à implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo, através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

A implantação do preço horário, até então previsto para ser implantado a partir de janeiro/2020, foi adiado pela Portaria MME nº 300 de 31 de julho de 2019, para implantação em duas fases. A primeira delas será a partir de janeiro de 2020, quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vai adotar o Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) na programação de operação; e a segunda em janeiro de 2021, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vai adotar o Dessem no cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na contabilização e na liquidação do Mercado de Curto Prazo (MCP).

Em 07.10 foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 858/2019 com aprovação de metodologia de definição dos limites mínimo e máximo do PLD. Com a nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2020, o PLD mínimo passa a ser o maior valor entre o custo de produção da UHE Itaipu (TEO Itaipu) e a Tarifa de Otimização (TEO). Adicionalmente, para ao PLD máximo, foram aprovados dois limites: o PLD máximo estrutural – com início de vigência a partir de janeiro de 2020 e o PLD máximo horário, com vigência a partir de janeiro de 2021.

1.3. Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupiá em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupiá auferirá um ganho de 18,3MWmed.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 (catorze) máquinas entrarem em operação após a modernização mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (com homologação as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de GF definidas na Portaria).

1.4. Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de fevereiro de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam tratamentos ou divulgações alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, são seguidas as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória. Essas diferenças estão sendo explicadas na nota nº 31, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas considerando o custo histórico como base.

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais, estão divulgadas na nota 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros

2.4.1.1. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado; e
- ii. Mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações regulatórias, a Companhia possui o seguinte instrumento financeiro:

- i. Mensurado ao custo amortizado

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do

balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Para maiores detalhes dos ativos financeiros da Companhia e Controlada e suas classificações (vide nota explicativa nº 27).

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

2.4.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.4.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.1.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se o *impairment* não tivesse sido reconhecido.

2.4.2. Passivos financeiros

2.4.2.1. Classificação

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, esse método é utilizado para calcular e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Para maiores detalhes dos passivos financeiros da Companhia e suas classificações (vide nota explicativa nº 27).

2.4.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, debêntures, partes relacionadas e encargos setoriais.

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e debêntures estão sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos

e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.5. Contas a receber de Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - *Impairment*

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

2.7. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

2.8. Imobilizado

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisadas no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos do imobilizado são baixados em reformas, substituições, venda, perda e alienação dos bens. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício.

2.9. Ativos intangíveis

2.9.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9.2. Bônus de outorga

Constituída com base no valor pago pela Companhia, nos termos da lei 12.783/2013, originado pelo edital de leilão nº 12/2015 (E-1 e E-2), e está sendo amortizado mensalmente pelo prazo da outorga (Despachos ANEEL nº 245/2016 e nº 3.371/2016).

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.12. Empréstimos, debêntures e partes relacionadas

Os empréstimos, debêntures e partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, com provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- i. a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ii. seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- iii. possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

2.15. Benefícios a empregados

2.15.1. Participação nos lucros

O Programa de participações no resultado - PPR é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a aposentadoria ou planos e opções em ações (*stock option*).

2.16. Reconhecimento da receita

2.16.1. Receita de comercialização de energia

A receita comprehende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

2.16.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas

O valor da receita anual de geração (RAG) está previsto no contrato de concessão e é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeito ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

2.16.3. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

2.16.4. Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio são definidos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

2.18. CPC 06/IFRS 16

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A ANEEL não emitiu orientação definitiva sobre o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil", sendo assim a companhia incluiu este assunto como uma diferença de prática contábil. Para mais informações vide note explicativa nº 31.3.1.

3. DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A. (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2018, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providenciará e disponibilizará demonstrações financeiras consolidadas do grupo no Brasil.

Segue abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2019	2018
Ativo	1.629	525
Passivo	1.993	293
Patrimônio Líquido	(364)	232

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABEIS CRITICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia elabora estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

4.1.1. Provisões e passivos contingentes

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”).

As ações discutem as demolições de construções irregulares em área de APP e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia.

O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

A Contabilização dos ativos e passivos diferidos do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas

Os tributos diferidos sobre as provisões de grandes reparos são atualizados mensalmente considerando a amortização realizada e suas respectivas atualizações periódicas.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a

expectativa de sua realização.

4.2. Novos pronunciamentos CPC

4.2.1.IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e informa que a adoção desta nova norma não resultou em impactos significativos em seus resultados do período.”

5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

5.1. Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

5.1.1.Risco de mercado

5.1.1.1 Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas, que são despachadas conforme comandos dados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Os impactos que podem ser causados pela situação hidrológica incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o Ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

5.1.1.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa para a Companhia.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

5.1.2.Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira.

5.1.3.Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

5.1.4.Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (emprestimo e debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Tokyo-Mitsubishi	-	-	DI + 0,45% ao ano	39.312	778.534	802.902	1.452.759	3.073.507
Debêntures	1ª	1	DI + 1,05% ao ano	-	16.056	19.693	259.966	295.715
Debêntures	1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	-	15.644	16.094	355.560	387.298
CTG Lux	-	-	4,29% + Dólar	-	614.089	586.063	2.750.065	3.950.217
				39.312	1.424.323	1.424.752	4.818.350	7.706.737

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

5.1.5. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2019 e, assim, não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide notas explicativas 17.5.1 e 18.3.1).

5.1.6. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2018 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	2019	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável I	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Ativo financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	1.133.627	(36.276)	(18.138)	72.552	18.138	36.276
		1.133.627	(36.276)	(18.138)	72.552	18.138	36.276
Passivos financeiros							
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	Dolar	(3.605.579)	(56.301)	(28.150)	112.602	28.150	56.301
Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	(2.701.631)	92.920	46.460	(185.840)	(46.460)	(92.920)
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	(239.337)	8.996	4.498	(17.991)	(4.498)	(8.996)
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	(248.139)	12.833	6.416	(25.665)	(6.416)	(12.833)
		(6.794.686)	58.448	29.224	(116.894)	(29.224)	(58.448)
Total da exposição líquida		(5.661.059)	22.172	11.086	(44.342)	(11.086)	(22.172)
Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável I	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%		
IPCA	1,98%	2,96%	3,95%	4,94%	5,93%		
Dolar	1,96	2,93	3,91	4,89	5,87		
CDI	3,20%	4,80%	6,40%	8,00%	9,60%		
IGPM	2,07%	3,10%	4,13%	5,16%	6,20%		

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2019	2018
Empréstimos	17.4	2.701.631	2.702.962
Debêntures	18.3	487.476	476.826
Partes relacionadas	10.2.1	3.605.579	3.604.789
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(1.133.627)	(1.124.329)
Dívida líquida		5.661.059	5.660.248
Patrimônio líquido		6.683.375	6.836.318
Total do capital		12.344.434	12.496.566
Índice de alavancagem financeira - (%)*		45,9	45,3

5.3. Outros riscos

5.3.1.Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

5.3.2.Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 19.

5.4. Estimativa ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- i. Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

- ii. Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- iii. Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Composição

	2019	2018
Caixas e bancos	104	60
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	1.133.523	1.124.269
	1.133.627	1.124.329

As aplicações financeiras correspondem a operações de certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima da variação do CDI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no saldo das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

6.2. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Standard & Poor's	Moodys	2019	2018
B	BR-1	907.998	836.264
N/A	BR-1	225.626	288.059
*	*	3	6
		1.133.627	1.124.329

* O saldo de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

7.1. Composição do saldo e abertura por vencimento

	A vencer			Saldo líquido em	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365	2019	2018
Contratos - ACR	220.053	-	-	220.053	224.850
Contratos bilaterais - ACL	74.257	-	-	74.257	65.242
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	78.128	573	124	78.825	53.988
	372.438	573	124	373.135	344.080

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

O aumento do saldo de contas a receber referente a energia de curto prazo (MRE/MCP) se deve a judicialização no setor.

7.2. Movimentação das Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As faturas emitidas pela Companhia referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2019, não houve estimativas para créditos de liquidação duvidosa.

A estimativa de crédito de liquidação duvidosa é avaliada conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.

7.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como:

- 1 - Excelente;
- 2 - Bom;
- 3 - Satisfatório;
- 4 - Regular;
- 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2019, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	2019		2018	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	1	355	15	9.513
2 - Bom	90	67.108	81	52.896
3 - Satisfatório	4	3.029	4	2.578
4 - Regular	5	3.765	0	255
5 - Crítico	-	-	-	-
	100	74.257	100	65.242

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista sofrerem impactos considerados temporais, além de os agentes envolvidos serem passivos de possíveis desligamento do sistema, com isso o risco de PECLD é praticamente nulo. Em função disso a administração entende que não cabe classificação interna para essa modalidade de comercialização

8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

8.1. Impostos correntes

	2019		2018	
	Circulante	Circulante	Não Circulante	
Ativo				
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	8.161	10.226	-	
Pagamento a maior de PIS e COFINS	557	100	-	
Outros	1.016	1.011	-	
	9.734	11.337		
Passivo				
IRPJ e CSLL a recolher 12/2019	127.997	54.159	-	
PIS e COFINS a recolher 12/2019	18.387	21.223	-	
Contingência de PIS e COFINS (i)	-	-	143.541	
IRRF sobre juros sobre capital próprio	70.050	86.700	-	
Outros	6.182	2.705	-	
	222.616	164.787	143.541	

(i) O valor de 2019 do passivo não circulante foi reclassificado para a nota explicativa 19.1.2 Provisões para riscos.

Em 2019 a Companhia obteve um aumento no resultado, ocasionando um IRPJ e CSLL maior que no exercício anterior. Ademais o JSCP deliberado em dezembro de 2019 foi menor em comparação ao ano anterior.

8.2. Impostos diferidos

	2019		Total	2018		Total		
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL			
Ativo de imposto diferido								
Diferenças temporárias								
Participação nos lucros e resultados	2.114	761	2.875	2.262	814	3.076		
Provisões	1.302	469	1.771	701	253	954		
Contingências e atualizações monetárias	38.019	13.687	51.706	-	-	-		
Variação Cambial	54.047	19.457	73.504	-	-	-		
	95.482	34.374	129.856	2.963	1.067	4.030		
Passivo de imposto diferido								
Variação cambial (ii)	(41.906)	(15.085)	(56.991)	(23.102)	(8.317)	(31.419)		
Juros sobre depósito vinculado	(12.557)	(4.520)	(17.077)	(6.414)	(2.308)	(8.722)		
	(54.463)	(19.605)	(74.068)	(29.516)	(10.625)	(40.141)		
Imposto diferido líquido	41.019	14.769	55.788	(26.553)	(9.558)	(36.111)		

As provisões e participação nos lucros e resultados possuem prazo de realização estimado no exercício subsequente.

Nas contingências e atualizações monetárias é registrada a contingência tributária de PIS e COFINS e sua atualização monetária, decorrente da mudança de regime do Lucro Presumido para Lucro Real

Devido a alta do dólar e sua instabilidade no ano de 2019, houve apuração de variação cambial ativa e passiva ao longo do ano.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	441.504
Atualização	24.566
Saldo em 31 de dezembro de 2019	466.070

Estão classificados nesta rubrica todos os depósitos judiciais realizados pela Rio Paraná, os quais são atualizados monetariamente. Referem-se a questões fiscais, mais precisamente.

Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofre atualização pela taxa SELIC.

10. PARTES RELACIONADAS

10.1. Transações e saldos

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

10.1.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chave da Administração:

	2019	2018
Salários e benefícios de curto prazo	3.674	3.098
Benefícios pós emprego	134	142
	3.808	3.240

10.1.2. Composição

Foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel n.º 2.018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficientes e econômica aos interesses das partes.

A companhia possui contrato de prestação de serviços administrativos junto a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda, e anuído pela Aneel conforme Despacho n.º 2.756, de 28 de novembro de 2018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes.

	2019		2018	
	Contas a Pagar		Contas a Pagar	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Coligadas				
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	2.838	-	-	-
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	355	-	-	-
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	3.781	-	3.008	-
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	4.117	-
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	809.281	2.796.298	214.339	3.390.450
	816.255	2.796.298	221.464	3.390.450

10.1.3. Movimentação Resultado

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	2019				2018			
	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de Serviços	Total	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Total	
Coligadas								
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	(39.319)	-	-	(39.319)	-	-	-	
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(4.324)	(4.324)	-	-	-	
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	(41.838)	-	(41.838)	-	(35.724)	(35.724)	
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	-	-	(43.366)	-	(43.366)	
	(39.319)	(41.838)	(4.324)	(85.481)	(43.366)	(35.724)	(79.090)	

As operações de compra e venda de energia elétrica seguem cláusulas definidas em contratos, cujas premissas são as mesmas praticadas em mercado.

10.2. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir a China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente. A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% para 2016 e de 4,29% a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2019 em dólar foi de R\$ 4,0307, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato teve anuênciam do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros porém prolongando o valor de vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500,00 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

O contrato não possui nenhuma cláusula de Covenants.

10.2.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

	3.604.789
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.604.789
Pagamento de principal	(229.487)
Pagamento de juros	(93.985)
Apropriação de juros	183.911
Variação cambial líquida	140.351
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.605.579

11. DIVIDENDOS

11.1. Movimentação de dividendos a receber

	2018	Reversão de dividendos	2019
Rio Parana Eclusas S.A.	32	(32)	-
	32	(32)	-

11.2. Movimentação de dividendos a pagar

	2018	Dividendos a pagar	Dividendos pagos	2019
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	420.164	(420.164)	-
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	56.918	210.082	(56.918)	210.082
	56.918	630.246	(477.082)	210.082

12. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

12.1. Movimentação de JSCP a pagar

	2018	JSCP a pagar	JSCP pagos	2019
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	419.541	264.634	(419.541)	264.634
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	304.333	132.317	(94.563)	342.087
	723.874	396.951	(514.104)	606.721

13. IMOBILIZADO

13.1. Composição

	Taxa média anual de depreciação	2019			2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço						
Geração						
Terrenos		29.262	(29.262)	-	-	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0,0%	743.461	(716.475)	26.986	2.062	
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,8%	438.419	(436.011)	2.408	1.430	
Máquinas e Equipamentos	4,4%	919.212	(506.633)	412.579	5.382	
Veículos	14,3%	4.719	(1.351)	3.368	2.124	
Móveis e Utensílios	6,7%	1.048	(579)	469	342	
		2.136.121	(1.690.311)	445.810	11.340	
Administração						
Máquinas e equipamentos	14,5%	820	(189)	631	679	
Total Ativo Imobilizado em serviço (AIS)		2.136.941	(1.690.500)	446.441	12.019	
Em Curso						
Geração						
Outros		430.272	-	430.272	330.922	
Total Ativo Imobilizado em curso (AIC)		430.272	-	430.272	330.922	
		2.567.213	(1.690.500)	876.713	342.941	

13.2. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor Bruto em 2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 2019	Adições líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação acumulada	Depreciação acumulada início concessão	Valor líquido em 2019	Valor líquido em 2018
Ativo imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos	29.262	-	-	-	29.262	-	-	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	717.969	-	-	25.492	743.461	25.492	(579)	(715.896)	26.986	2.062
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	441.031	-	-	(2.583)	438.419	(2.583)	(198)	(435.842)	2.408	1.430
Máquinas e Equipamentos	570.515	-	(1.576)	423.346	992.285	421.770	(12.000)	(567.706)	412.579	5.382
Veículos	2.280	-	(51)	2.494	4.723	2.443	(1.355)	-	3.368	2.124
Móveis e Utensílios	725	-	-	324	1.049	324	(381)	(199)	469	342
	1.761.782	-	(1.627)	449.073	2.209.228	447.446	(14.513)	(1.748.905)	445.810	11.340
Administração										
Máquinas e Equipamentos	744	-	-	75	819	75	(188)	-	631	679
	744	-	-	75	819	75	(188)	-	631	679
Subtotal (AIS)	1.762.526	-	(1.627)	449.148	2.210.047	447.521	(14.701)	(1.748.905)	446.441	12.019
Ativo imobilizado em curso										
Geração										
Outros	330.922	548.498	-	(449.148)	430.272	99.350	-	-	430.272	330.922
	330.922	548.498	-	(449.148)	430.272	99.350	-	-	430.272	330.922
Subtotal (AIC)	330.922	548.498	-	(449.148)	430.272	99.350	-	-	430.272	330.922
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)	2.093.448	548.498	(1.627)	-	2.640.319	546.871	(14.701)	(1.748.905)	876.713	342.941

13.3. Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado

Adições ao Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros	Total
A ratear	-	10.591	43.060	9.848	63.499
Em curso					
Adiantamento a Fornecedores - Modernização					
	211.373	-	-	-	211.373
Outros - Modernização	259.800				259.800
Outros	13.826	-	-	-	13.826
	484.999	-	-	-	484.999
	484.999	10.591	43.060	9.848	548.498

13.4. Principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	Gerador Voith 13,8Kv 130000Kva 5439A 103500Kw 200,00Rpm Fator Potência 0,9 E 92 Polos Fb2017 No.Sp.2008098.02 (Enrolamento Do Estator)	6.377
2	Gerador Voith 14,4Kv 205000Kva 8219A 180,2Rpm Fator Potência 0,9 E 84 Polos Fb2017 No.Sp.200809902 (Enrolamento Do Estator)	6.251
3	Gerador Voith 13,8Kv 130000Kva 5439A 103500Kw 200,00Rpm Fator Potência 0,9 E 92 Polos Fb2017 No.Sp.2008098.01 (Enrolamento Do Estator)	6.006
4	Transformador De Força Elevador Trifásico Weg 14,4/440Kv 205Mva Fb.2018 No. 1041864740 (Núcleo-Parte Ativa)	5.984
5	Transformador De Força Elevador Trifásico Weg 14,4/440Kv 205Mva Fb.2018 No. 1041864741 (Núcleo-Parte Ativa)	5.984
6	Transformador De Força Elevador Trifásico Weg 14,4/440Kv 205Mva Fb.2018 No. 1041864754 (Núcleo-Parte Ativa)	5.984
7	Gerador Voith 14,4Kv 205000Kva 8219A 180,2Rpm Fator Potência 0,9 E 84 Polos Fb2017 No.Sp.200809901 (Enrolamento Do Estator)	5.608
8	Transformador De Força Elevador Trifásico Weg 14,4/440Kv 205Mva Fb.2018 No. 1041864739 (Núcleo-Parte Ativa)	5.289
9	Transformador De Força Elevador Trifásico Weg 14,4/440Kv 205Mva Fb.2018 No. 1041864735 (Núcleo-Parte Ativa)	5.276
10	Transformador De Força Elevador Trifásico Weg 14,4/440Kv 205Mva Fb.2018 No. 1041864745 (Núcleo-Parte Ativa)	5.271

13.5. Taxas médias de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%) *
Geração	
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento de tomada dágua	3,70%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Edificação	
Equipamento geral	3,33%
Veículos	6,25%
Administração	
Equipamento geral	14,29%
Equipamento geral de informática	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

*Taxa conforme Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) - ANEEL (RN nº 674/2015)

13.6. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL). Todavia, a Resolução Normativa nº 691 da ANEEL de 8 de dezembro de 2015, publicado no DOU em 15/12/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14. INTANGÍVEL

14.1. Composição do intangível

	Taxa média anual de amortização	2019		2018	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativo Intangível em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	3,3%	13.803.752	(1.840.500)	11.963.252	12.423.377
Softwares	20,1%	1.575	(576)	999	571
		13.805.327	(1.841.076)	11.964.251	12.423.948
Administração					
Softwares	20,0%	3.416	(2.279)	1.137	1.820
		3.416	(2.279)	1.137	1.820
Total do ativo intangível em serviço (AIS)		13.808.743	(1.843.355)	11.965.388	12.425.768
Ativo intangível em curso (AIC)					
Total do Ativo intangível (AIS+AIC)		13.808.743	(1.843.355)	11.965.388	12.425.768

14.2. Movimentação do intangível

	Valor Bruto em 2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 2019	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 2019	Valor líquido em 2018
Ativo intangível em serviço									
Geração									
Bônus de Outorga	13.803.752	-	-	-	13.803.752	-	(1.840.500)	11.963.252	12.423.377
Softwares	936	-	-	639	1.575	639	(576)	999	571
	13.804.688	-	-	639	13.805.327	639	(1.841.076)	11.964.251	12.423.948
Administração									
Softwares	3.416	-	-	-	3.416	-	(2.279)	1.137	1.820
	3.416	-	-	-	3.416	-	(2.279)	1.137	1.820
Total do ativo intangível em serviço (AIS)	13.808.104	-	-	639	13.808.743	639	(1.843.355)	11.965.388	12.425.768
Ativo intangível em curso (AIC)	-	639	-	(639)	-	-	-	-	-
Total do Ativo intangível (AIS+AIC)	13.808.104	639	-	-	13.808.743	639	(1.843.355)	11.965.388	12.425.768

15. FORNECEDORES

		2018	2017
Suprimento de energia elétrica		46.083	12.774
Materiais e serviços contratados		37.764	24.792
Encargos de uso da rede elétrica		42.695	44.573
Aluguel		116	-
		126.658	82.139

16. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compensação financeira de recursos hídricos - CFURH	18.916	-	18.952	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.375	42.663	25.474	13.226
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	658	-	635	-
	29.949	42.663	45.061	13.226

16.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

16.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

16.2.1. Composição do P&D

	2019			2018
	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Total	
FNDCT	2.284	-	2.284	2.218
MME	1.141	-	1.141	1.109
P&D	-	49.613	49.613	35.373
	3.425	49.613	53.038	38.700

16.2.2. Movimentação do P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.218	1.109	35.373	38.700
Constituições	12.444	6.221	12.444	31.109
Juros	-	-	2.098	2.098
Recolhimentos	(12.378)	(6.189)	-	(18.567)
Realizações	-	-	(302)	(302)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.284	1.141	49.613	53.038
Circulante	2.284	1.141	6.950	10.375
Não circulante	-	-	42.663	42.663

16.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

17. EMPRÉSTIMOS

17.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi (Banco), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais). Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passará de 13,165% a.a. para CDI + 0,45%. Assim, o vencimento passa a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R\$ 675.000 (seiscientos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

17.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	2019				
			Circulante			Não circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	1.631	676.631	2.025.000	2.025.000
			675.000	1.631	676.631	2.025.000	2.025.000

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	2018				
			Circulante			Não Circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	13,165% a.a	29/06/2023	-	2.962	2.962	2.700.000	2.700.000
			-	2.962	2.962	2.700.000	2.700.000

17.3. Vencimento

Instituição/linha credora	2021	2022	2023	Total
Tokyo - Mitsubishi UFJ	675.000	675.000	675.000	2.025.000
	675.000	675.000	675.000	2.025.000

17.4. Movimentação da dívida

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.702.962
Apropriação de juros	260.098
Pagamento de juros	(261.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.701.631

17.4.1. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

17.5. Características dos contratos de empréstimos

Instituição/linha credora	Data próximo Pgto. Juros	Frequencia Pgto. Juros	Data da próxima amortização	Vencimento Final	Adimplente	Data da 'Captação / Repactuação	Tipo de garantia
Tokyo - Mitsubishi UFJ	29/03/2020	Trimestral	29/06/2020	29/06/2023	Sim	2 - 27/06/2018	-

17.5.1. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Em conexão com o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo, o Grupo deverá manter o índice de “Dívida Financeira Líquida Consolidada” sobre o EBITDA, não superior a 4,5 e não inferior a 1,0 ao final de cada ano fiscal, com base nas informações societárias.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

		2019	2018
Ebitda ajustado (*)		2.352.247	2.314.827
Dívida líquida		5.661.058	5.660.248
Índice financeiro	Limites	2019	2018
Dívida líquida / Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	2,4	2,4

(*) Acerca dos covenants do Banco Tokyo Mitsubishi UFJ, o resultado obtido em 2018 ficou distorcido devido à mudança de metodologia contábil para registro das receitas decorrentes do Ativo Financeiro da Outorga.

Em bases comparativas, isto é, normalizando essa distorção de 2018 mencionada acima o índice foi atendido.

18. DEBÊNTURES

18.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2019		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e custos de transação	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(663)	239.337
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	8.139	248.139
				480.000	7.476	487.476

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2018		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e custos de transação	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(894)	239.106
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	(2.280)	237.720
				480.000	(3.174)	476.826

18.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2021-2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	116.690	118.726	125.700	126.360	487.476

18.3. Movimentação

	1ª Emissão		Total
	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	239.106	237.720	476.826
Movimentação das debêntures			
Capitalização de custos de transação	343	1.131	1.474
Capitalização de juros	16.717	15.313	32.030
Capitalização de variação monetária	-	9.208	9.208
Pagamento de juros	(16.829)	(15.233)	(32.062)
	231	10.419	10.650
Saldo em 31 de dezembro de 2019	239.337	248.139	487.476

18.3.1. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As cláusulas restritivas aplicadas são:

18.3.1.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira emissão:

- i. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- ii. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.
- iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

	2019	2018
Ebitda	2.085.583	2.021.650
Dívida líquida ajustada	2.055.479	2.055.458
Dívida total ajustada	3.189.106	3.179.787
Capital Social	6.649.017	6.649.017
Resultado financeiro ajustado	357.367	474.035

Índice financeiro	Limites	2019	2018
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior 2,0	5,84	4,26
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,99	1,02
Dívida total / (Dívida total+Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,32	0,32

Os valores apresentados no covenant, tomam como base os números societários.

18.3.1.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor superior a R\$ 72 milhões;
- ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings
- iii. Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;
- iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica;

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas na escritura de emissão de debêntures, disponível no site www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia – “Investidores” – “Informação para investidores”.

19. PROVISÕES PARA RISCOS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, envolvendo riscos de perda possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Os depósitos judiciais, apresentados como redução do saldo, referem-se somente aos depósitos relacionados às provisões com classificação de risco provável, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 9).

19.1. Contingências prováveis

19.1.1. Composição

	2019	2018
Trabalhistas	-	7
Regulatórias	152.376	-
Ambientais	690	-
	153.066	7

19.1.2. Movimentação

	Regulatórias	Ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	7	7
Contingências				
Provisões	600	5.783	6	6.389
Reversões	-	-	(13)	(13)
Reclassificações (i)	152.076	-	-	152.076
Acordos / pagamentos	(300)	(5.093)	-	(5.393)
	152.376	690	(7)	153.059
Depósitos judiciais				
Variação monetária	-	(93)	-	(93)
(Adições)	-	(5.000)	(10)	(5.010)
Baixas	-	5.093	10	5.103
	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	152.376	690	-	153.066

(i) Reclassificação de valor referente ao diferencial de alíquota de PIS/COFINS composto no preço dos Contratos de Compra e Venda de Energia, devido a possível mudança no Regime de Tributação de Lucro Presumido para Lucro Real.

a) Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. Que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

b) Regulatórias

Trata-se de processo administrativo instaurado pela ANEEL decorrente de atraso da entrega do plano de segurança de barragem. A contingência para este processo é de R\$ 300.

c) Ambientais

Trata-se de Ação de Obrigaçao de Fazer ajuizada pela CESP em face da Rio Paraná e da CTG Brasil, na qual se discute a assunção da gestão do zoológico. A Rio Paraná e a CESP negociaram acordo que contemplam a assunção da administração e manutenção do zoológico e o reembolso das despesas incorridas com ele a partir de 01 de julho de 2016. O acordo foi homologado em 04 de novembro de 2019. A Companhia assumiu a gestão do zoológico no dia 2 de janeiro de 2020.

O depósito de R\$ 5.000 realizado no processo foi integralmente levantado pela CESP. Por conta do acordo celebrado o risco de perda atribuído ao processo passou de possível para provável, sendo que o saldo remanescente do valor envolvido no caso é de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2019.

19.2. Contingências possíveis

	2019	2018
Ambientais	865.781	12.404
Fiscais	466.796	441.474
Trabalhistas	9.545	8.373
Cíveis	3.380	-
	1.345.502	462.251

a) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2019, as contingências ambientais que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. Estão avaliadas no montante de R\$ 865.781. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a (i) ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados; (ii) cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação (manutenção e gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre – CCFS); (iii) manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório; (iv) supostos prejuízos causados aos pescadores. Abaixo, seguem principais processos ambientais:

- Tratam-se de 523 Ações Civis Públicas – (“ACP’s”) movidas pelo Ministério Públíco Federal (“MPF”) de Jales/SP em face da CESP, requerendo para a condenação: i) recuperação da Área de Preservação Permanente – (“APP”); ii) a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes); iii) pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos.

Em maio de 2018, a Rio Paraná foi intimada para substituir a CESP como réu em 22 ACP's, em 1º de outubro de 2018, a companhia foi intimada nas outras 501 ACP's. No decorrer do ano foram realizadas audiência na tentativa de celebrar acordo para encerrar as 523 ações, as tratativas de acordo entre a Rio Paraná e o MPF foram infrutíferas.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa, haja vista que não conseguimos aferir os custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, bem como quanto aos custos relativos à desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

- ACP Zoológico – MPF de Andradina X Rio Paraná (Proc. nº 5000577-57.2018.4.03.6137): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada em 12/06/2018. Em 1º/10/2018, foi proferida decisão liminar, determinando que: (1) a Rio Paraná “mantenha a gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre de Ilha Solteira”; e, (2) o IBAMA se abstinha “de substituir as condicionantes das Licenças de Operação” das UHE Jupiá e Ilha Solteira “relativas à manutenção e pleno funcionamento” do CCFS pela execução do Programa do Corredor Ecológico, “enquanto não demonstrado, por estudos científicos exaustivos, que do programa resulta benefícios para a fauna silvestre das áreas de influência das Usinas”. Em 29/01/2019, a liminar foi revogada devido a petição apresentada pela CESP informando já ter ajuizado Ação de Obrigação de Fazer em face da Rio Paraná para discutir a mesma matéria.

O Tribunal concedeu uma decisão suspendendo o recurso da CESP até 8 de outubro de 2019, a fim de proporcionar a chance de as partes resolverem. Os autos permanecem suspensos para que as partes possam chegar em uma composição.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e o valor envolvido no caso é de R\$ 10.551.

- ACP Piscicultura – CIMDESPI x ONS, Rio Paraná (Proc. nº 00000894-24.2014.4.03.6124): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada por CIMDESPI, APROPESC e AB-TILAPIA, em 18/08/2014, em face da ONS e CESP, requerendo, como medida liminar, que a Companhia se abstinha de: i) reduzir o nível de água do reservatório; e, ii) gerar energia abaixo do mínimo da cota do reservatório, sob pena de multa diária. Os pedidos foram repetidos no mérito.

Em 2014, durante a concessão da CESP, a UHE Ilha Solteira foi impactada pela crise hidrológica causada pela falta de chuvas, bem como outras empresas de geração de energia em todo o país. Para a UHE Ilha Solteira, a cota mínima de operação/uso do reservatório corresponde a 323m, no entanto, em 2014, o nível do reservatório estava abaixo da cota mínima, ou seja, 321m. Esse processo envolve fatos ocorridos durante o ano de 2014, antes da concessão da UHE Ilha

Solteira pela Rio Paraná, e a discussão está relacionada à possibilidade de flexibilização da cota mínima estabelecida para o reservatório de Ilha Solteira.

Em 22 de novembro de 2017, o MPF de Jales ingressou nos autos como autor e solicitou a inclusão do IBAMA e do Rio Paraná como réus, bem como a exclusão da CESP do processo.

A Rio Paraná foi citada/intimada em 6 de novembro de 2018, para apresentação de Contestação. A Defesa foi apresentada pela Rio Paraná nos autos. Autos permanecem conclusos para despacho do Juiz.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa.

- ACP Confederação Pescadores (Mortandade de Peixes) (Proc. nº 0803414-70.2018.8.123.0021): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26/07/2018, em face da CESP e Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE JUPIA em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a morte de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização no valor de R\$ 782.181.

Em 21 de setembro de 2018, a Rio Paraná apresentou sua Defesa. Em 1º de outubro de 2018, o Juiz do Tribunal da Fazenda do Estado de Três Lagoas/Mato Grosso do Sul proferiu sentença de 1ª instância, julgando o caso improcedente, com base na ocorrência de prescrição. O autor apresentou sua apelação e o tribunal reverteu a decisão. Após o julgamento da Apelação interposta pela Confederação pelo TJ de MS, os autos retornaram para Vara de origem para reinício da fase de instrução. Da decisão, a Rio Paraná interpôs Recurso Especial, que ainda aguarda julgamento.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e, em caso de decisão desfavorável, a Companhia poderá ser condenada a efetuar o pagamento da indenização, no valor atualizado de R\$ 839.045, considerando dezembro de 2019.

- Ações de Indenização por Danos Materiais e Morais – Ações Individuais Pescadores (Mortandade de Peixes) (64 processos): Tratam-se de Ações de Indenização por Danos Materiais e Morais, propostas individualmente por supostos pescadores profissionais, em face da CESP e Rio Paraná, alegando que, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE JUPIA em meados de 2009, houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a morte de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral. Por consequência, requerem a condenação das empresas ao pagamento da quantia de R\$ 200 referente a indenização por danos morais (R\$ 100) e por danos materiais (R\$ 100), cada.

A Rio Paraná já vem apresentando suas Defesas e comparecendo nas audiências de conciliação. Processos em fase instrutória.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e, em caso de decisão desfavorável, a Companhia poderá ser condenada a efetuar o pagamento da indenização no valor de R\$ 200 (por processo) – total para 81 ações: R\$ 16.183.

- Ação de Cobrança (Unitra) (Proc. nº 0804840-20.2018.8.12.0021): Trata-se de Ação de Cobrança, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Três Lagoas/MS, em 24/10/2018, proposta pela Unitra em face da Voith e Rio Paraná, alegando que, a Unitra, empresa que foi contratada pela Voith para prestar serviços de jateamento e pintura de Stop Logs presentes nas UHE's de Jupiá e Ilha Solteira, requerendo a condenação das empresas, de forma solidária, ao pagamento dos seguintes montantes: (i) confecção das cabines de pintura (R\$ 153); (ii) logística (R\$ 245); (iii) pagamento de “Homem Hora Parado” (R\$ 636); (iv) materiais e aluguéis dos

equipamentos (R\$ 72); (v) passivo trabalhista (R\$ 688); (vi) medições “retidos e não quitados” (R\$ 111); (vii) danos morais (R\$ 1.000). O processo aguarda o início da fase de instrução.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e, em caso de decisão desfavorável, a Companhia poderá ser condenada a efetuar o pagamento da indenização no valor atualizado de R\$ 3.380.

b) Fiscais

i. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para discutir a opção da Rio Paraná Energia S.A. pelo regime de lucro presumido nos anos de 2015 e 2016, em que a Companhia, por meio de empréstimos realizado em moeda estrangeira (Dólar), adquiriu receita significativa com a variação cambial positiva. Porém, por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento dos tributos incidentes. Em razão disso, foi realizada consulta perante a Receita Federal em 29 de abril de 2016. A resposta à Consulta foi publicada em 29 de dezembro de 2017, e o entendimento da Receita Federal foi de que todas as receitas auferidas devem ser consideradas para fins do limite legal do enquadramento do lucro presumido. Devido a este entendimento, foi ajuizado Mandado de Segurança com pedido de liminar mediante depósito judicial de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. As chances de êxito nesta demanda são consideradas pelos advogados da Companhia como possível e o valor total envolvido neste caso considerando dezembro de 2019 é de R\$ 466.049.

ii. Mandado de Segurança que visa reconhecer o direito dos membros da Associação Brasileira dos Produtores Independentes (APINE), Associação Brasileira de Energia Eólica – (ABEEÓLICA) e Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – (ABRAGEL) de não se sujeitarem ao Decreto nº 40.628/2019, que instituiu o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com energia elétrica transferindo a responsabilidade das Distribuidoras no recolhimento do ICMS para a Geradoras. Os autos estão aguardando prolação da sentença. Atualmente o valor envolvido no processo é de R\$ 747 para dezembro de 2019

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 9.545. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia por empregados terceirizados, bem como arquivamento de algumas ações no período.

d) Cíveis

Trata-se de ação de Recuperação Judicial requerida pela Queiroz Galvão e Santa Clara, na qual a Companhia possui créditos que foram habilitados pela CCEE nos autos da Ação. O valor em discussão decorre da contabilização na qual todas as empresas associadas sofreram prejuízos com a manutenção da Queiroz Galvão no MRE. O valor de créditos da Rio Paraná é de R\$ 146 e o risco de perda classificado como possível.

20. PATRIMONIO LIQUIDO

20.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2019		
	Ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

20.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

20.3. Destinação do lucro do exercício

O valor de dividendos, juros sobre o capital próprio e da reserva legal é calculado tomando-se como base o resultado societário. Sendo assim por não haver saldo regulatório na conta de lucros acumulados, o total remanescente foi transferido para o grupo de Proventos Excedentes.

	2019	2018
Lucro do Exercício	944.303	556.375
Proventos Excedentes	235.896	21.625
Reserva legal	(82.953)	-
Dividendos	(630.246)	-
Juros sobre o capital próprio - JSCP	(467.000)	(578.000)
	-	-

20.3.1. Dividendos e JSCP

	2019	2018
Lucro líquido do exercício regulatório	944.303	556.375
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória	259.668	(978.681)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício societário	1.203.971	(422.306)
Constituição da Reserva legal	60.199	-
Base de cálculo dos dividendos	1.143.772	(422.306)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	285.943	-
Dividendos adicionais	344.303	-
	630.246	-
JSCP distribuído	467.000	578.000
Total de recursos distribuídos	1.097.246	578.000

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do

exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente;

Os dividendos extraordinários foram aprovados em AGE realizada em 29 de outubro de 2019, a qual referendou a proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 468.946, debitado integralmente à conta de lucro líquido do exercício, e alocado às ações representativas do capital social da Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 8º, do Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos intermediários foram aprovados em AGE realizada em 01 de julho de 2019, a qual referendou a proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 161.300, debitado integralmente à conta de lucro líquido do exercício, e alocado às ações representativas do capital social da Companhia., em cumprimento ao disposto no artigo 8º, do Estatuto Social da Companhia.

Os juros sobre capital próprio foram aprovados em AGE realizada em 30 de dezembro de 2019, a qual aprovou a proposta da Administração da Companhia no montante de R\$ 467.000, a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social de 31 de dezembro de 2019, atendendo os limites fiscais nos termos do artigo 9º da lei 9.249/95, tendo em vista o resultado da Companhia esperado para o exercício de 2019.

A proposta dos dividendos consignada das demonstrações financeiras da Companhia, está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

21.1. Receita operacional bruta (Energia elétrica vendida)

Receita Bruta	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Suprimento faturado						
ACR - Ambiente de contratação regulada (quotas)	54	51	15.568.672	15.610.799	2.589.385	2.485.877
ACL - Ambiente de contratação Livre	26	20	6.879.627	6.331.992	943.365	819.583
MCP - Mercado de curto prazo	-	-	352.620	494.961	65.159	54.110
MRE - Mecanismo de realocação de energia	-	-	842.697	826.195	10.423	9.848
	80	71	23.643.616	23.263.947	3.608.332	3.369.418

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL em 31 de dezembro de 2019:

	MW médio (*)	
	2019	2018
Energia disponível para venda	2.541	2.541
Cota	1.780	1.777
ACL	595	556
Contratos bilaterais de venda de energia	786	720
Contratos bilaterais de compra de energia	191	164
Energia livre para contratação	166	208
Percentual de energia contratada	93,5%	91,8%

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

21.2. Energia comprada para revenda

	2019		2018	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.674.969	405.484	1.432.789	349.824
Mercado de curto prazo (MCP)	72.289	18.835	33.022	5.738
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	412.675	5.942	191.155	3.609
(-) Crédito de PIS	-	(6.463)	-	(6.080)
(-) Crédito de COFINS	-	(29.768)	-	(28.005)
	2.159.933	394.030	1.656.966	325.086

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

A energia comprada para revenda decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre e, consequentemente, do efeito do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

21.3. Encargos de uso da rede elétrica

	2019		2018	
	TUST	TUSD	TUST	TUSD
Encargos de conexão		148		145
(-) Crédito de PIS		(7.515)		(7.052)
(-) Crédito de COFINS		(34.614)		(32.480)
	415.746		390.984	

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

22. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	De operação	Gerais e administrativas	Total	2018
			Total	
Gerenciáveis				
Pessoal e administradores	65.525	18.555	84.080	78.062
Material de manut edif obras civis benfeitorias	407	-	407	257
Material de manut máquinas e equipamentos	5.149	-	5.149	2.604
Materiais e ferramentas de trabalho	844	-	844	850
Material para meio ambiente	161	-	161	155
Material - Outros	5.558	396	5.954	2.407
Serviços de terceiros - Consultorias	4.936	1.364	6.300	7.552
Serviços de terceiros - Vigilância e segurança	2.442	-	2.442	2.230
Serviços de terceiros - Limpeza e conservação	1.629	90	1.719	1.855
Serviços de terceiros - Meio ambiente	5.321	-	5.321	2.816
Serviços de terceiros - Energia elétrica	57	-	57	80
Serviços compartilhamento de infraestrutura	-	41.838	41.838	35.724
Serviços Manutenção	27.744	-	27.744	9.599
Serviços de terceiros - Outros	7.553	6.140	13.693	7.159
Depreciação	12.851	155	13.006	889
Amortização	460.335	684	461.019	460.995
Seguros	8.067	251	8.318	9.824
Aluguéis e arrendamentos	614	1.850	2.464	2.429
Outros	4.472	9.600	14.072	5.855
	613.665	80.923	694.588	631.342

23. CUSTOS E DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	2019	2018
Pessoal e administradores		
Remuneração	45.312	40.572
Outros benefícios	13.331	12.155
Encargos	16.174	14.685
Previdência privada	1.939	1.784
Despesas rescisórias	-	143
Participação nos lucros e resultados	7.324	8.723
	84.080	78.062

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas		
Variação cambial ativa	668.869	634.535
Aplicações financeiras	71.207	52.278
Juros sobre depósito judicial	24.668	25.656
Outras	2.461	12.195
	767.205	724.664
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(260.098)	(363.092)
Juros sobre partes relacionadas	(183.591)	(175.633)
Comissões	(7)	(14.250)
Variação cambial passiva	(809.538)	(1.180.793)
Imposto sobre empréstimos e partes relacionadas	(8.535)	(8.123)
Outras	(3.454)	(3.047)
	(1.265.223)	(1.744.938)
	(498.018)	(1.020.274)

25. DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2019			2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		1.112.894			539.655	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(278.224)	(100.160)	(378.384)	(134.914)	(48.569)	(183.483)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	116.750	42.030	158.780	144.500	52.020	196.520
Resultado equivalência patrimonial	(157)	(57)	(214)	46	16	62
Despesas indeutáveis	(370)	(133)	(503)	(256)	(90)	(346)
Doações incentivadas	(1.913)	(689)	(2.602)	(1.077)	(388)	(1.465)
Incentivos fiscais	8.463	-	8.463	4.731	-	4.731
Alugueis	(29)	(10)	(39)	-	-	-
Outros	26	(10)	16	9	(6)	3
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(155.454)	(59.029)	(214.483)	13.039	2.983	16.022
IRPJ e CSLL correntes	187.145	70.428	257.573	121.825	45.568	167.393
IRPJ e CSLL diferidos	(31.691)	(11.399)	(43.090)	(134.864)	(48.551)	(183.415)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	155.454	59.029	214.483	(13.039)	(2.983)	(16.022)
Ajustes Correntes - Exercícios Anteriores	-	-	-	(671)	(3)	(674)
Ajustes Diferidos - Exercícios Anteriores	(33.680)	(12.212)	(45.892)	(40)	16	(24)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	121.774	46.817	168.591	(13.750)	(2.970)	(16.720)
Alíquota efetiva	14,0%	5,3%	19,3%	-2,4%	-0,6%	-3,0%

26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2019	2018
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Acionistas controladores	629.567	370.935
Acionistas não controladores	314.736	185.440
	944.303	556.375
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Acionistas controladores	4.676.217	4.676.217
Acionistas não controladores	2.338.109	2.338.109
	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ação		
Acionistas controladores	0,13463	0,07932
Acionistas não controladores	0,13463	0,07932

A companhia não tem ações com efeitos diluidores.

27. FINANCIEROS

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros no balanço patrimonial estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Nota	2019		2018	
				Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	6	1.133.627	1.133.627	1.124.329	1.124.329
Concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	7	373.135	373.135	344.080	344.080
Dividendos	Empréstimos e recebíveis	Nível 2		-	-	32	32
Outros créditos/ Depósito judicial	Empréstimos e recebíveis	Nível 2		467.204	467.204	651.913	651.913
				1.973.966	1.973.966	2.120.354	2.120.354
Passivos financeiros							
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Nível 2	15	126.658	126.658	82.139	82.139
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Nível 2	10	3.612.553	3.612.553	3.611.914	3.611.914
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	Nível 2	16	72.612	72.612	58.287	58.287
Empréstimos e debêntures	Outros passivos financeiros	Nível 2	17 e 18	3.189.107	3.189.107	3.179.788	3.179.788
Juros sobre o capital próprio - JSCP	Outros passivos financeiros	Nível 2	12	606.721	606.721	723.874	723.874
Dividendos	Outros passivos financeiros	Nível 2	11	210.082	210.082	56.918	56.918
				7.818.096	7.818.096	7.712.920	7.712.920

O grupo não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2019 e 2018. Porém a Companhia possui exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar).

28. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2019 à 04/08/2020	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2019 à 04/08/2020	150.000
Lucro cessante	04/08/2019 à 04/08/2020	1.140.712
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 à 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2019 à 08/12/2020	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

29. COMPROMISSOS

29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos bilaterais para venda de energia no ambiente livre negociados até o ano de 2028 e comprometimento no regime de cota de garantia física até o ano de 2045.

30. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

				2019
	Geração	Comercialização	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Suprimento de energia elétrica	3.601.695	6.637	-	3.608.332
Receita	3.601.695	6.637	-	3.608.332
Tributos				
Pis-Pasep	(59.106)	(110)	-	(59.216)
Cofins	(272.249)	(504)	-	(272.753)
ICMS	(10.092)	-	-	(10.092)
	(341.447)	(614)	-	(342.061)
Encargos - Parcela "A"				
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(31.109)	-	-	(31.109)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(111.506)	-	-	(111.506)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE	(7.752)	-	-	(7.752)
	(150.367)	-	-	(150.367)
Receita operacional líquida	3.109.881	6.023	-	3.115.904
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"				
Energia comprada para revenda	(388.132)	(5.898)	-	(394.030)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(415.746)	-	-	(415.746)
	(803.878)	(5.898)	-	(809.776)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.306.003	125	-	2.306.128
Custos gerenciáveis - Parcela "B"				
Pessoal	(84.080)	-	-	(84.080)
Material	(12.515)	-	-	(12.515)
Serviços de terceiros	(99.114)	-	-	(99.114)
Depreciação e amortização	(474.025)	-	-	(474.025)
Seguros	(8.318)	-	-	(8.318)
Alugueis	(2.464)	-	-	(2.464)
Outros	(18.831)	-	4.759	(14.072)
	(699.347)	-	4.759	(694.588)
Resultado da atividade	1.606.656	125	4.759	1.611.540
Equivalência patrimonial	-	-	(628)	(628)
Resultado financeiro				
Receitas	767.205	-	-	767.205
Despesas	(1.265.223)	-	-	(1.265.223)
	(498.018)	-	-	(498.018)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.108.638	125	4.131	1.112.894
Despesas com impostos sobre os lucros	(168.591)	-	-	(168.591)
Lucro líquido do exercício	940.047	125	4.131	944.303

				2018
	Geração	Comercialização	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Suprimento de energia elétrica	3.364.395	5.023	-	3.369.418
Receita	3.364.395	5.023	-	3.369.418
Tributos				
Pis-Pasep	(55.445)	(83)	-	(55.528)
Cofins	(255.384)	(382)	-	(255.766)
ICMS	(9.830)	-	-	(9.830)
	(320.659)	(465)	-	(321.124)
Encargos - Parcada "A"				
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(29.015)	-	-	(29.015)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(104.648)	-	-	(104.648)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE	(7.472)	-	-	(7.472)
	(141.135)	-	-	(141.135)
Receita operacional líquida	2.902.601	4.558	-	2.907.159
Custos não gerenciáveis - Parcada "A"				
Energia comprada para revenda	(320.652)	(4.434)	-	(325.086)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(390.984)	-	-	(390.984)
	(711.636)	(4.434)	-	(716.070)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.190.965	124	-	2.191.089
Custos gerenciáveis - Parcada "B"				
Pessoal	(78.062)	-	-	(78.062)
Material	(6.273)	-	-	(6.273)
Serviços de terceiros	(67.015)	-	-	(67.015)
Depreciação e amortização	(461.884)	-	-	(461.884)
Seguros	(9.824)	-	-	(9.824)
Alugueis	(2.429)	-	-	(2.429)
Outros	(7.952)	-	2.097	(5.855)
	(633.439)	-	2.097	(631.342)
Resultado da atividade	1.557.526	124	2.097	1.559.747
Equivalência patrimonial	-	-	182	182
Resultado financeiro				
Receitas	724.664	-	-	724.664
Despesas	(1.744.938)	-	-	(1.744.938)
	(1.020.274)	-	-	(1.020.274)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	537.252	124	2.279	539.655
Despesas com impostos sobre os lucros	16.720	-	-	16.720
Lucro líquido do exercício	553.972	124	2.279	556.375

31. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

31.1. Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		1.133.627	-	1.133.627	1.124.329	-	1.124.329
Concessionárias e permissionárias	1	373.011	(83.563)	289.448	342.961	(80.843)	262.118
Tributos a recuperar		9.734	-	9.734	11.337	-	11.337
Dividendos		-	-	-	32	-	32
Despesas antecipadas		6.193	-	6.193	6.278	-	6.278
Serviços em curso		6.950	-	6.950	2.588	-	2.588
Ativo financeiro vinculado à concessão	2	-	1.500.699	1.500.699	-	1.481.186	1.481.186
Outros créditos		1.134	-	1.134	210.409	-	210.409
Total do ativo circulante		1.530.649	1.417.136	2.947.785	1.697.934	1.400.343	3.098.277
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Concessionárias e permissionárias		124	-	124	1.119	-	1.119
Ativo financeiro vinculado à concessão	2	-	8.658.545	8.658.545	-	8.410.001	8.410.001
Despesas antecipadas		649	-	649	2.088	-	2.088
Impostos diferidos	3	55.788	(55.788)	-	-	-	-
Depósitos Judiciais		466.070	-	466.070	441.504	-	441.504
Total do ativo não circulante		522.631	8.602.757	9.125.388	444.711	8.410.001	8.854.712
Investimentos		-	-	-	232	-	232
Imobilizado	2	876.713	(866.340)	10.373	342.941	(339.796)	3.145
Intangível	2	11.965.388	(5.566.717)	6.398.671	12.425.768	(5.787.927)	6.637.841
Total do ativo não circulante		13.364.732	2.169.700	15.534.432	13.213.652	2.282.278	15.495.930
Total do ativo		14.895.381	3.586.836	18.482.217	14.911.586	3.682.621	18.594.207
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Fornecedores	4	126.658	1.047	127.705	82.139	-	82.139
Provisões para grandes reparos	5	-	174.737	174.737	-	341.985	341.985
Partes relacionadas		816.255	-	816.255	221.464	-	221.464
Encargos setoriais		29.949	-	29.949	45.061	-	45.061
Empréstimos		676.631	-	676.631	2.962	-	2.962
Salários, provisões e contribuições sociais		18.228	-	18.228	17.902	-	17.902
Juros sobre o capital próprio - JSCP		606.721	-	606.721	723.874	-	723.874
Dividendos		210.082	-	210.082	56.918	-	56.918
Tributos a recolher		222.616	-	222.616	164.787	-	164.787
Provisões para riscos		690	-	690	-	-	-
Outras obrigações		363	-	363	-	-	-
Total do passivo circulante		2.708.193	175.784	2.883.977	1.315.107	341.985	1.657.092
Não circulante							
Fornecedores	4	-	5.067	5.067	-	-	-
Tributos a recolher		-	-	-	143.541	-	143.541
Encargos setoriais		42.663	-	42.663	13.226	-	13.226
Empréstimos		2.025.000	-	2.025.000	2.700.000	-	2.700.000
Debêntures		487.476	-	487.476	476.826	-	476.826
Provisões para grandes reparos	5	-	1.639.478	1.639.478	-	1.911.664	1.911.664
Partes relacionadas		2.796.298	-	2.796.298	3.390.450	-	3.390.450
Impostos diferidos	3	-	613.048	613.048	36.111	535.182	571.293
Provisões para riscos		152.376	-	152.376	7	-	7
Total do passivo não circulante		5.503.813	2.257.593	7.761.406	6.760.161	2.446.846	9.207.007
Total do passivo		8.212.006	2.433.377	10.645.383	8.075.268	2.788.831	10.864.099
Patrimônio líquido							
Capital social		6.649.017	-	6.649.017	6.649.017	-	6.649.017
Reserva Legal		270.254	-	270.254	187.301	22.754	210.055
Reserva de lucros		-	917.563	917.563	-	871.036	871.036
Prejuízos acumulados		(235.896)	235.896	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		6.683.375	1.153.459	7.836.834	6.836.318	893.790	7.730.108
Total do passivo e patrimônio líquido		14.895.381	3.586.836	18.482.217	14.911.586	3.682.621	18.594.207

31.2. Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Suprimento de energia elétrica	1	3.608.332	(271.578)	3.336.754	3.369.418	316.622	3.686.040
Outorga	2	-	536.913	536.913	-	(1.852.974)	(1.852.974)
Receita		3.608.332	265.335	3.373.667	3.369.418	(1.536.352)	1.833.066
Tributos							
Pis-Pasep		(59.216)	-	(59.216)	(55.528)	-	(55.528)
Cofins		(272.753)	-	(272.753)	(255.766)	-	(255.766)
ICMS		(10.092)	-	(10.092)	(9.830)	-	(9.830)
		(342.061)	-	(342.061)	(321.124)	-	(321.124)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(31.109)	-	(31.109)	(29.015)	-	(29.015)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(111.506)	-	(111.506)	(104.648)	-	(104.648)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(7.752)	-	(7.752)	(7.472)	-	(7.472)
		(150.367)	-	(150.367)	(141.135)	-	(141.135)
Receita operacional líquida		3.115.904	265.335	3.381.239	2.907.159	(1.536.352)	1.370.807
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia comprada para revenda		(394.030)	-	(394.030)	(325.086)	-	(325.086)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(415.746)	-	(415.746)	(390.984)	-	(390.984)
		(809.776)	-	(809.776)	(716.070)	-	(716.070)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.306.128	265.335	2.571.463	2.191.089	(1.536.352)	654.737
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores		(84.080)	-	(84.080)	(78.062)	-	(78.062)
Material		(12.515)	-	(12.515)	(6.273)	-	(6.273)
Serviços de terceiros		(99.114)	-	(99.114)	(67.015)	-	(67.015)
Depreciação e amortização	3	(474.025)	223.121	(250.904)	(461.884)	223.894	(237.990)
Seguros		(8.318)	-	(8.318)	(9.824)	-	(9.824)
Alugueis	4	(2.464)	1.329	(1.135)	(2.429)	-	(2.429)
Outros	7	(14.072)	17	(14.055)	(5.855)	26	(5.829)
		(694.588)	224.467	(470.121)	(631.342)	223.920	(407.422)
Resultado da atividade		1.611.540	489.802	2.101.342	1.559.747	(1.312.432)	247.315
Equivalência patrimonial		(628)	-	(628)	182	-	182
Resultado financeiro	5 e 7						
Receitas		767.205	3.598	770.803	724.664	3.523	728.187
Despesas		(1.265.223)	(100.081)	(1.365.304)	(1.744.938)	(151.162)	(1.896.100)
		(498.018)	(96.483)	(594.501)	(1.020.274)	(147.639)	(1.167.913)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		1.112.894	393.319	1.506.213	539.655	(1.460.071)	(920.416)
Despesas com impostos sobre os lucros	6	(168.591)	(133.651)	(302.242)	16.720	481.390	498.110
Lucro líquido do exercício		944.303	259.668	1.203.971	556.375	(978.681)	(422.306)

31.3. Detalhamento das diferenças de práticas contábeis – Nota de ajuste

31.3.1. Balanço Patrimonial

Em 2019 a Rio Paraná apresentou as seguintes naturezas de ajustes entre as bases regulatória e societário:

1 Concessionárias e permissionárias

O Retorno da Bonificação pela Outorga da Concessão (RBO), é uma das parcelas que compõem a Receita Anual de Geração (RAG) e, refere-se a uma parcela de retorno associada à bonificação oferecida pela Outorga, conforme definido no Anexo 03 do Contrato de Concessão da Companhia (Regime de alocação de cotas da garantia física de energia e potência). O ajuste é decorrente do registro no livro societário, de RBO, a crédito da conta de concessionárias e permissionárias em contra partida com a conta de resultado (suprimento de energia), representado em 2019 pelo montante de R\$ 83.563 (R\$ 80.843 em 2018).

2 Ativo financeiro vinculado à concessão, imobilizado e intangível

	Regulatório	Transferências	Ajustes	Societário
Imobilizado	876.713	866.340	-	10.373
Intangível	11.965.388	(866.340)	(4.700.377)	6.398.671

No imobilizado o ajuste é decorrente de bens adquiridos após a assinatura do contrato de concessão que, de acordo com o IFRIC 12, no societário são considerados ativo intangível e não ativo imobilizado.

No intangível a empresa apresentou os seguintes ajustes inerentes a diferença de normas entre regulatório e societário:

	Ajustes
Outorga	7.806.293
Provisão para grandes reparos	(1.814.215)
IFRS 16 (*)	(6.114)
Diferenças de taxa de depreciação	(983.793)
Outros	(301.794)
	4.700.377

(* vide item 4)

Outorga

Os ajustes de outorga são decorrentes da contabilização da outorga de forma bifurcada conforme ICPC 01 e IFRIC 12.

Do montante pago na assinatura do contrato pelo direito de concessão R\$13.803.752, 65% do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, portanto a Companhia classificou como ativo financeiro para fins societários. Para os 35% restantes (R\$ 4.796.492), a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, 100% do valor pago pela outorga foi classificado como intangível.

	Ativo financeiro	Intangível	Outorga
Saldo societário em 31 de dezembro de 2018	9.891.187	4.316.843	14.208.030
Amortização	-	(159.884)	(159.884)
Juros e atualização monetárias	1.254.492	-	1.254.492
Principal	(717.580)	-	(717.580)
Liquidação de ativos financeiros	(268.855)	-	(268.855)
Saldo societário em 31 dezembro 2019	10.159.244	4.156.959	14.316.203
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2018	-	12.423.377	12.423.377
Amortização	-	(460.125)	(460.125)
Saldo regulatório em 31 dezembro 2019	-	11.963.252	11.963.252
Societário x regulatório	10.159.244	(7.806.293)	2.352.951

3 Imposto diferidos

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, basicamente em função dos registros societários realizados relativos a outorga e provisão de projetos para grandes reparos.

4 Fornecedores – IFRS 16

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. Conforme mencionado na nota 2.18 a ANEEL não emitiu orientação definitiva sobre o IFRS 16, sendo assim não há efeitos para fins regulatórios.

5 Provisões para grandes reparos

O ajuste refere-se ao valor registrado no societário, no montante de R\$ 1.814.215 (R\$ 174.737 no passivo circulante e R\$ 1.639.478 no não circulante), relativo à grandes manutenções obrigatórias, para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional e referem-se à obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão.

Essa provisão é trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia, reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, pois o passivo será considerado como uma contraprestação em consequência do contrato.

Para fins regulatórios, os ativos são reconhecidos conforme custo incorrido, e não são passíveis de amortização, pois ainda não estão em operação. Nas demonstrações contábeis regulatórias não existe esse tipo de provisão.

6 Patrimônio líquido

Os ajustes apresentados no patrimônio líquido, referem-se aos efeitos dos ajustes acumulados do resultado entre o regulatório e societário, que em 2019 representa um aumento de R\$ 259.668 e em 2018 uma redução de R\$ 978.681.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2019	2018
Patrimônio líquido societário	7.836.834	7.730.108
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Reembolso da outorga	2.019.738	1.748.160
Atualização do ativo financeiro	(3.088.157)	(2.551.244)
Diferença nas taxas de depreciação	(983.793)	(760.672)
IFRS 16 - Contratos de locação	(1.329)	-
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	231.250	134.785
Tributos sobre os ajustes	668.832	535.181
Patrimônio líquido regulatório	6.683.375	6.836.318

31.3.2. Demonstração do Resultado

1 Suprimento de energia elétrica

O ajuste refere-se à parcela de reembolso da outorga, que para fins regulatórios são reconhecidos no resultado ao invés de baixa de ativo financeiro da Receita pela Bonificação de Outorga (baixa do recebível).

2 Outorga

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro pelo IPCA e apropriação do Ajuste a Valor Presente (AVP), registrados no societário.

3 Depreciação e amortização

O efeito é decorrente da diferença da depreciação e amortização da base regulatória (ANEEL) para a base societária. A taxa de depreciação e amortização utilizada, são as determinadas pela ANEEL.

4 Aluguéis

Refere-se ao efeito da contabilização pelo direito de uso no societário (IFRS 16) e a despesa de aluguel reconhecido no regulatório.

5 Resultado financeiro

Os ajustes em receitas e despesas financeiras são decorrentes do efeito AVP (ajuste a valor presente) da provisão para grandes reparos registrados no societário.

6 Despesas com impostos sobre o lucro

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, conforme os itens anteriormente mencionados.

7 Reclassificações gerais

Refere a reclassificações para melhor apresentação do resultado.

31.4. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2019	2018
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício conforme contabilidade societária	1.203.971	(422.306)
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Na receita		
Reembolso da outorga	271.578	(316.622)
Atualização do ativo financeiro	(536.913)	1.852.974
	(265.335)	1.536.352
Nos custos gerenciáveis		
Diferença nas taxas de depreciação	(223.121)	(223.894)
IFRS 16 - Contratos de locação	(1.329)	-
Reclassificações gerais	(17)	-
	(224.467)	(223.894)
No resultado financeiro		
Reclassificações gerais	(3.598)	-
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	100.081	147.613
	96.483	147.613
No imposto sobre os lucros		
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	133.651	(481.390)
	133.651	(481.390)
Lucro líquido regulatório	944.303	556.375

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Guozhuo Sun
Conselheiro

Hong Quin
Conselheiro

Diretoria

Aljan de Abreu Machado
Diretor

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Lucas Morato Teixeira
Contador – CRC MG-080486/O-7